

1. Enquadramento do Plano no âmbito do sistema de gestão territorial e no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O principal objectivo do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) é o de constituir uma ferramenta de trabalho, ao nível do Concelho, que permita a implementação das disposições presentes no PMDFCI e que sirva de instrumento para todas as entidades que integram o sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI).

De modo a dar cumprimento ao art. 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, à Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006 de 26 de Maio, bem como Portaria n.º 1139/2006 de 25 de Outubro, que estabelece a estrutura tipo, o PMDFCI do Concelho de Alijó contém acções necessárias à Defesa da Floresta Contra Incêndios e, para além das acções de prevenção, incluiu a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

O Decreto-Lei n.º 14/2004 de 8 de Maio, cria as Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI). Estas são o centro de coordenação e acção local de âmbito municipal, tendo como missão coordenar as acções e promover a sua execução no que diz respeito à defesa da floresta contra incêndios.

Entre outras, são atribuições da CMDFCI e de acordo com o n.º 2 do art. 10º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, a elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e a articulação dos organismos com competências em matéria de incêndios florestais.

A elaboração do PMDFCI foi sustentada nas características específicas do território, nomeadamente as decorrentes da sua natureza urbana, peri-urbana ou rural e das funções dominantes desempenhadas pelos espaços florestais, bem como mas orientações emanadas no Plano Regional de Ordenamento do Território.

É com este espírito que, a nível municipal, é operacionalizada e implementada a estratégia da DFCI. As acções que sustentam o PMDFCI deverão procurar satisfazer os objectivos e as metas preconizadas nos cinco eixos estratégicos definidos no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), devendo ser organizadas e hierarquizadas em função do seu impacto esperado na resolução dos problemas identificados no Concelho.

Enquadramento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios deverá ser o instrumento orientador das diferentes acções, políticas e orientações das diversas entidades que compõem a CMDFCI.

Os Serviços Municipais de Protecção Civil deverão garantir a coordenação de todas as operações e forças de socorro, emergência e assistência e consequentemente da actividade operacional, garantir a ligação operacional permanente do município ao CDOS, e o apoio aos órgãos e às operações de socorro, emergência e assistência. A CMDFCI, na dependência hierárquica e funcional do presidente da Câmara Municipal, deverá acompanhar de perto todo o trabalho de planeamento da prevenção e a sua operacionalização das acções de silvicultura preventiva (limpeza de matos, limpeza e beneficiação de caminhos, criação de zonas de descontinuidade, acesso às manchas florestais), propondo medidas para a beneficiação de estruturas de apoio ao combate aos incêndios (rede viária, rede divisional e pontos de água).

As acções de Defesa da Floresta Contra Incêndios Florestais, a sensibilização e formação junto das populações a implementar pelas Freguesias, para a tomada de consciência de práticas erradas do uso do fogo e a necessidade da implementação de medidas de autodefesa e o aumento da fiscalização por parte do SEPNA/GNR, deverão ser operacionalizadas, a nível municipal, em sede da CMDFCI.

O PMDFCI assume como período temporal, para o desenvolvimento das políticas sectoriais, para a concretização dos objectivos e acções, um período de vigência de cinco anos, sendo actualizado anualmente assim que se justificar.

Tendo em atenção as entidades responsáveis, directa ou indirectamente, na floresta, de seguida faz-se o enquadramento destas com os objectivos estratégicos, operacionais, acções a desenvolver e metas a atingir tendo como base os principais eixos estratégicos e o nível municipal em termos de planeamento das acções.

Enquadramento, das entidades responsáveis consoante os eixos estratégicos:

GLOSSÁRIO	
CMDFCI	Comissão Municipal da Floresta Contra Incêndios
GTF	Gabinete Técnico Florestal
Autarquia	Município de Alijó
SMPC	Serviço Municipal de Protecção Civil
Juntas de Freguesia	Juntas de Freguesia do Concelho de Alijó
DGRF	Direcção Geral dos Recursos Florestais
ICN	Instituto da Conservação da Natureza
GNR	Guarda Nacional Republicana
SEPNA	Serviço da Protecção da Natureza e do Ambiente
SNBPC	Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil
ENB	Escola Nacional de Bombeiros
CNOS	Comando Nacional de Operações de Socorro
CDOS	Centro Distrital de Operações de Socorro
CB	Corpo de Bombeiros
CMOS	Comando Municipal de Operações de Socorro
MADRP	Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MAOTDR	Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território
ME	Ministério da Educação
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MAI	Ministério da Administração Interna
INAG	Instituto Nacional da Água
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitectónico
IES	Instituto de Exercício e Saúde
ANEFA	Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente
Entidades Gestoras	Entidades Gestoras
OPF	Organizações de Produtores Florestais

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
1º Eixo Estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.				
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas	Criar e aplicar orientações estratégicas para a gestão das áreas florestais	Adopção do modelo ZIF como referência para a introdução de princípios e estratégias de defesa da floresta contra incêndios, canalizando para esta acção os recursos financeiros existentes.	Mais de 50 mil hectares por ano 500 mil hectares em 2012	DGRF + OPF's.
	Definir as prioridades de planeamento e execução das infra-estruturas de DFCI face ao risco.	Operacionalizar a acção das CMDFCI. Apoiar a actividade dos Gabinetes Técnicos Florestais	As CMDFCI reúnem 4 vezes por ano, acompanhando a operacionalização, execução do respectivo PMDFCI. Até ao termo de 2006 todas as CMDFCI adoptaram o quadro de indicadores municipais	Autarquias + DGRF
		Apoiar a actividade dos Gabinetes Técnicos Florestais	Avaliação do desempenho dos GTF em 2006. DGRF estabelece, em 2006, uma organização que possibilite a valorização da proximidade com os GTF e CMDFCI. Pretende-se que em 2006, 184 Municípios disponham de PMDFCI em fase de implementação; em 2009, 216; em 2012 o sistema esteja em funcionamento pleno em 278 Municípios.	DGRF + CMDFCI + GTF
	Proteger as zonas de interface urbano/florestal	Criar e manter faixas exteriores de protecção, nos aglomerados populacionais, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios	As Autarquias realizem integralmente a meta anualmente prevista nos PMDFCI.	Autarquias

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas	Proteger as zonas de interface urbano/florestal	Criar e manter faixas exteriores de protecção em parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações	Anualmente é garantida a segurança destes espaços.	Entidades gestoras + Autarquias
		Fiscalizar a criação de faixas exteriores de protecção (em aglomerados populacionais, parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações), e acumulações ilegais de detritos	Todos os anos, até ao termo do 1º semestre, todas as situações de maior risco são identificadas, e notificados os respectivos responsáveis para que executem o estabelecido na legislação.	GNR
	Implementar programa de redução de combustíveis	Criar redes de gestão de combustível, através da redução parcial ou total da vegetação em faixas e parcelas estrategicamente localizadas para a defesa de pessoas e edificações e de povoamentos florestais	Em 2006, a rede primária é delineada para 20% do território; em 2009, para 60% e em 2012 está concluída. Para a instalação prevê-se uma execução de 1,5 mil hectares em 2006; 10 mil até 2009 e 25 mil hectares no fim de 2012	CMDFCI + GTF + DGRF
	Condicionar trabalhos/aceessos a áreas florestais durante o período crítico	Sinalização de condicionamento de acesso, de execução de trabalhos e sinalização informativa sobre o risco de incêndio	As CMDFCI acompanham o processo de sinalização das áreas e as medidas de condicionamento que deverão ser implementadas no âmbito do POM	CMDFCI

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
2º Eixo Estratégico – Redução da incidência dos incêndios <i>- Assenta na necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida esta como o conjunto das actividades que têm por objectivos reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, ou seja, que actua em duas vertentes principais, o controlo das ignições e o controlo da propagação.</i>				
Educar e sensibilizar as populações	Sensibilização da população	Programas a desenvolver ao nível local, e dirigido a grupos específicos da população rural, em função das informações históricas de investigação das causas dos incêndios.	Anualmente as CMDFCI, de acordo com o PMDFCI, desenvolvem estas acções.	CMDFCI
	Sensibilização e educação escolar	Promover as práticas no domínio da educação florestal e ambiental, e recuperar para esta área iniciativas como a da "Ciência Viva	Todos os Municípios das áreas de mais elevado risco de incêndio têm em sede de CMDFCI acções programadas e executadas e procedem à respectiva avaliação.	MADRP + ME MCTES + MAI + MAOTDR
Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações	Aumentar a capacidade de dissuasão e fiscalização	Coordenação das acções de vigilância, detecção e fiscalização pela GNR/ SEPNA	A partir de 2006 a GNR como entidade coordenadora enquadra estas acções nas CMDFCI e define estratégia de actuação ao nível municipal. Anualmente apresenta relatório de progresso	GNR/SEPNA

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
3º Eixo Estratégico – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios. <i>- Assenta no conceito de que em qualquer situação de perigo, deve ser dedicada a maior atenção ao combate aos incêndios nascentes, porque, só assim, se evitarão grandes incêndios.</i>				
Articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1ª Intervenção.	Estruturar e gerir a vigilância e a detecção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e detecção) de cariz municipal.	Assumir a responsabilidade pela coordenação das acções de prevenção relativa à vertente vigilância, detecção e fiscalização.	Anualmente, em sede de CMDFCI, o SEPNA/GNR integra as acções de todos os agentes envolvidos no sistema de vigilância e detecção previstas no PMDFCI	GNR
		Melhorar a performance das equipas de Sapadores Florestas e das Brigadas Móveis de Vigilância (AGRIS).	Redefinir missão e objectivos do Programa com integração nos sistemas Municipais de prevenção e 1ª intervenção no novo enquadramento legislativo.	DGRF + OPF + CMDFCI
			No final do 1º semestre de 2006 as actividades das equipas deverão estar incluídas operacionalmente nos sistemas municipais de prevenção e 1ª intervenção e acompanhadas por técnicos da DGRF.	DGRF + OPF + CMDFCI
		Participar através das Equipas de Combate a Incêndios (ECIN) dos CB nas acções de vigilância e detecção	A partir de 2006 as equipas deverão estar incluídas operacionalmente nos sistemas municipais de prevenção e 1ª intervenção.	SNBPC
		Implementar ao nível Municipal, em sede de CMDFCI, medidas que levem as populações, através das juntas de freguesia, e/ou organizações de voluntariado a aderir a projectos comuns de protecção colectiva.	Anualmente, e durante 1º trimestre de cada ano, implementar medidas de protecção colectiva a integrar no sistema de vigilância e detecção Municipal e Distrital.	CMDFCI

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1ª Intervenção.	Estruturar e gerir a vigilância e a detecção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e detecção) de cariz municipal.	Melhorar o desempenho das Brigadas Móveis de Vigilância.	Em 2006 as equipas deverão estar incluídas operacionalmente nos sistemas municipais de prevenção e 1ª intervenção.	CMDFCI + DGRF
			Os Gabinetes Técnicos Florestais, ou na sua ausência a DGRF, recolhe informação trimestral da respectiva actividade.	GTF + DGRF
		Coordenação de todas as acções de vigilância e detecção, privilegiando a comunicação de cariz Municipal.	A partir de 2006: – Implementar a vigilância fixa; – Implementar a vigilância terrestre móvel, como um complemento da rede de vigilância fixa (Forças Armadas, da GNR, da Câmara Municipal, dos Bombeiros e das Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais).	SEPNA/GNR + CMDFCI + GTF + DGRF
			– A partir de 2006 melhorar a rede de comunicações entre todas as Equipas, Grupos, Brigadas, Postos de Vigia e outros meios existentes no terreno.	SEPNA/GNR + CMDFCI + DGRF
		Acompanhar, permanente, em sede própria, os resultados das acções de detecção ao nível Municipal, Distrital e Nacional.	– No 1º trimestre de cada ano, implementação de medidas e de projecto municipal de protecção colectiva, a integrar no sistema de vigilância e detecção Municipal e Distrital; – No 4º trimestre de cada ano, a avaliação do modelo e a incorporação dos eventuais ajustamentos, face à experiência do ano anterior	SEPNA/GNR + CMDFCI + CMOS

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1ª Intervenção.	Integrar a vigilância móvel de cariz Distrital ou Nacional	Prever a integração da vigilância aérea armada nos dias em que o Índice de Risco e os meios aéreos disponíveis o aconselhe.	Anualmente, o SMPC, os Municípios, a GNR, a DGRF, as OPF's e os CB implementam as medidas necessárias à sua articulação no TO.	CMDFCI
	Estruturar o nível Municipal de 1ª Intervenção	Na elaboração dos PMDFCI/POM, integrar a actuação dos Bombeiros, das Equipas de Sapadores Florestais da DGRF e do ICN, das Equipas da AFOLCELCA, das Equipas do SEPNA e do GIPS da GNR, e, outros Agentes presentes no terreno.	Anualmente, coordenar operacionalmente, através do POM, as actividades dos recursos humanos e dos meios no município;	CMDFCI
			Formar, permanentemente, todos os agentes envolvidos.	SNBPC + DGRF + FA + GNR + ICN
			Identificar outros Agentes com capacidade de 1ª Intervenção ao nível municipal.	CMDFCI
		Dar continuidade a projectos comuns de protecção colectiva, desenvolvidos no âmbito do sistema de vigilância e detecção.	Anualmente, promover a distribuição de material específico para auto-protecção das populações.	CMDFCI
			No 1º trimestre do ano promover acções de formação (1ª Intervenção)	SNBPC+ DGRF +OPF
Reforço da capacidade de 1ª Intervenção	Estruturar o nível Distrital de 1ª Intervenção	Desenvolver um sistema de comunicações para articulação dos meios de 1ª Intervenção.	Garantir a articulação das comunicações entre as várias estruturas.	CMDFCI + GNR + SNBPC

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Levantamento dos recursos (materiais e efectivos mobilizáveis) existentes em cada Corpo de Bombeiros (CB), com vista à avaliação da sua capacidade operacional e do respectivo Município.	Anualmente, fazer a avaliação dos recursos existentes no município.	SMPC + CB
		Articulação coordenada dos meios de combate do seu município, e dos que lhe forem atribuídos pelo Centro Distrital e Nacional, e em cumprimento do dispositivo de forças.	A partir de 2006, em articulação e sob as orientações do CDOS, no âmbito das suas competências, implementa uma política de formação contínua e de exercícios conjuntos nos Corpos de Bombeiros do seu Município.	SMPC + CB + ENB + CDOS
			Incentiva a utilização dos vários métodos e técnicas de extinção.	CDOS+ ENB + CB+ SMPC
			Formação nos CB de meios humanos especializados, integrados em Grupos ou Equipas, especialmente vocacionados para o combate a IF.	CDOS + CB+ ENB+ SMPC
		Qualificar os quadros de Comando e Chefia que integram, ou se preveja que venham a integrar, o dispositivo Operacional.	Anualmente, elaborar o levantamento de necessidades, calendariza as actividades de forma a serem integradas no plano de formação de elementos de comando de nível Distrital e/ou Nacional.	CDOS + CB + ENB+ CNOS

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Proceder ao levantamento das máquinas de rasto, tractores e buldozer existentes no município e/ou na sua área, promover políticas de colaboração e formar os operadores.	Anualmente, proceder ao levantamento destes meios, e definir as políticas de colaboração/contratação entre os seus proprietários e o município.	SMPC + CMDFCI
		O conhecimento e o enquadramento operacional das Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais existentes no concelho.	A partir de 2006, todas estas Equipas/Brigadas farão parte do dispositivo municipal de apoio ao combate aos incêndios florestais, operações de rescaldo e vigilância após rescaldo.	DGRF + OPF's + CB + SMPC + CDOS + CMDFCI
		Distribuir os meios no terreno atendendo ao risco de incêndio, fazendo recurso de destacamentos temporários.	Anualmente, elaborar o levantamento das áreas de risco do seu Município.	CMDFCI + GTF + SMPC + CDOS
			Anualmente, planear a tática de combate mais adequada à defesa do município através da realização de exercícios conjuntos com base nessas áreas e cenários hipotéticos.	CMDFCI + GTF + SMPC + CDOS
		Balancear o accionamento de elementos de reforço (humanos e materiais) municipais ou atribuídos.	Anualmente, desenvolver uma política de exercícios conjuntos nos Corpos de Bombeiros do seu Município, privilegiando os aspectos da coordenação entre os vários agentes.	SMPC + CDOS + CB + CMDFCI



Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Articular os meios e a rede rádio da estrutura de combate aos Incêndios Florestais, frequências e procedimentos a adoptar.	Anualmente, implementar uma política de exercícios conjuntos para operacionalizar medidas e procedimentos no âmbito das comunicações, analisar deficiências e propor as medidas adequadas à sua resolução.	SMPC + CDOS + CB
		Fazer o levantamento e mobilização dos meios municipais logísticos e de apoio e operacionalizar a sua integração no dispositivo logístico Nacional.	Anualmente: - Fazer o levantamento dos meios disponíveis na área do Município; - Planear a manobra logística mais adequada ao Município; - Elaborar exercícios para validação do planeamento logístico.	SMPC + CMDFCI + CDOS
	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Distrital. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Implantar e articular os meios de ataque ao nível municipal.	Anualmente: - Fazer a avaliação dos meios dos municípios e risco associado; - Elaborar planos de contingência; - Promover a realização de exercícios conjuntos para articulação de meios ao nível Distrital; - Promover uma atitude de colaboração intermunicipal.	CDOS + SMPC
		Integrar ao nível Distrital, na parte correspondente, os Planos da Operacionais Municipais (POM) elaborados ao nível do Concelho.	A partir de 2006, até ao final de cada ano, implementar as medidas necessárias à prossecução deste desiderato.	CDOS + SMPC

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo.	Garantir a correcta e eficaz execução do rescaldo.	Empregar as Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais	Anualmente: - Elaborar o levantamento das Equipas e Brigadas de Sapadores Florestais existentes no respectivo Distrito; - Implementar modelos de actuação nas operações de rescaldo.	SMPC + CDOS + CMDFCI + GTF + DGRF + OPF's + CB
		Utilizar as máquinas de rasto	Anualmente, assegurar a sua rápida mobilização, pelo que importa, por um lado, garantir a colaboração das autarquias, e por outro, a atempada contratação com agentes privados.	SMPC + CDOS + CMDFCI
		Implementar por parte das autarquias medidas que levem as populações, através das J. Freguesia, a aderir a projectos comuns de protecção colectiva, sustentado por medidas de autodefesa e colaborar nestas acções.	A partir de 2006: - Incentivar e acompanhar a implementação de medidas de autodefesa a desenvolver pelo município e Juntas de Freguesia; - A formação e sensibilização; - Distribuição de material específico para o efeito.	SMPC + CDOS + CMDFCI + JUNTAS DE FREGUESIA
	Garantir a correcta e eficaz execução da vigilância após rescaldo.	Estabelecer medidas Operacionais adequadas.	Incorporar, a partir de 2006, as acções da vigilância após rescaldo nos exercícios de validação de conhecimentos e de consolidação de princípios doutrinários operacionais introduzidos ao nível dos Comandantes e elementos de Comando.	SMPC + CDOS + CNOS + SNBPC
			Anualmente, validar a formação junto dos Comandantes e elementos de Comando.	SMPC + CDOS + CNOS + SNBPC

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Melhoria das Infra-estruturas e logística de suporte à DFCI	Organizar uma Estrutura Nacional de Apoio Logístico, assente nas estruturas Municipais e Distritais, pensada e articulada não só para fazer face às situações de socorro e combate aos incêndios florestais mas também constituir uma base sustentada de uma primeira célula de primeira resposta a situações de emergência.	Criar uma adequada estrutura logística de suporte às acções de supressão.	Até 2007, estudar e propor as medidas necessárias ao estabelecimento de uma adequada estrutura logística de suporte às acções de supressão.	SNBPC + CNOS + CDOS + SMPC
4º Eixo Estratégico – Recuperar e reabilitar os ecossistemas				
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.	Conduzir um programa específico dirigido à recuperação de áreas ardidas, aplicando as orientações estratégicas do Conselho Nacional de Reflorestação, dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal e as recomendações técnicas do Centro PHOENIX do Instituto Florestal Europeu.	Execução de acções imediatas de minimização de impactos, intervindo em grandes incêndios	DGRF INAG ICN IPPAR IES ANEFA OPF
		Avaliar os trabalhos de reabilitação das áreas afectadas	Avaliação e monitorização das acções. Constituição de equipas pluridisciplinares ao nível das NUTII	DGRF ICN IES GTF

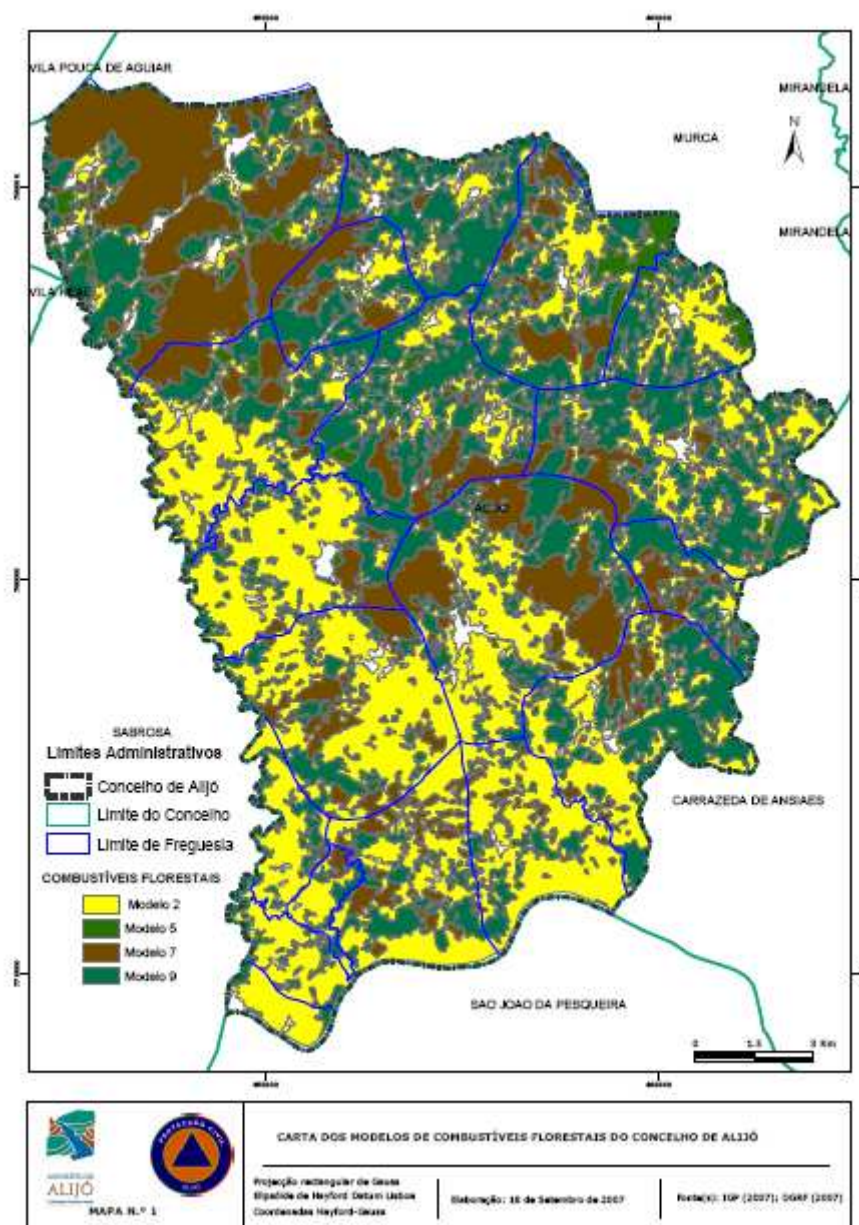
Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.	Avaliar a capacidade de recuperação das áreas ardidas	Incidência em áreas ardidas superiores a 500 hectares. Constituição de equipas pluridisciplinares ao nível das NUTII	DGRF ICN IES GTF
5º Eixo Estratégico - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz. <i>- Assente no pressuposto que para a protecção das pessoas, dos seus bens, dos espaços florestais e ambiente, prevenindo as situações que os ponham em perigo ou limitando as consequências destas, o nível Municipal deverá ser o alicerce de toda uma política de prevenção e protecção e socorro. O nível Distrital, constitui-se como um patamar de um Comando Operacional único, profissional e permanente, garantindo, entre outras, a coordenação de todas as operações de socorro e assistência no seu Distrito, e com reflexo ao nível nacional.</i>				
Princípios	Preparar uma estrutura para sustentar as acções e metas antes abordadas aos níveis Municipal, Distrital e Nacional.	Estabelecer a tão necessária relação de proximidade entre os níveis Nacional, Distrital e Municipal.		MAI + AUTARQUIA
		Potenciar os recursos (humanos e materiais) para uma adequada capacidade de intervenção nos diversos Teatros de Operações.		MAI + MADRP + AUTARQUIA
		Implementar uma adequada cultura logística suportada por uma estrutura integrada e sustentada ao nível Nacional, Distrital e Municipal.		MAI + AUTARQUIA

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Princípios	Preparar uma estrutura para sustentar as acções e metas antes abordadas aos níveis Municipal, Distrital e Nacional.	Descentralizar a formação de âmbito regional, apoiando-se nos Centros de Formação já existentes, implementar modelos de formação contínua nos CB com vista a incentivar o uso de novos métodos e técnicas de combate em incêndios florestais, de que se destaca como medidas privilegiadas as técnicas de sapador e contra-fogo.		SNBPC + CNOS + SMPC + CDOS + ENB
		Integrar os PDFCI, elaborados ao nível do Concelho (Estrutura Municipal), numa óptica Distrital, e Nacional, sem prejuízo da necessária articulação, consolidação (através da implementação de exercícios de âmbito Municipal, Distrital e Nacional) e consequente adaptação aos três níveis.		MAI + AUTARQUIA

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
Ao nível Municipal, organizar o Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)	Ao nível municipal, monitorizar as operações de socorro e assistência, e, garantir o necessário apoio técnico e logístico.	A CMDFCI é o elo de ligação das várias entidades, sendo o PMDFCI o instrumento orientador das diferentes acções. Anualmente, as CMDFCI devem assentar a sua actividade da vigilância, detecção, fiscalização, 1ª intervenção e combate, em planos expeditos de carácter operacional municipal (POM) mobilizando e tirando partido de todos os agentes na área de influência municipal. Os SMPC deverão garantir, em sede de POM a coordenação de todas as operações e forças, de socorro, emergência e assistência e consequentemente da actividade operacional, garantir a ligação operacional permanente do município ao CDOS, e o apoio aos órgãos e às operações de socorro, emergência e assistência.		AUTARQUIA

2. Análise do risco, da vulnerabilidade aos incêndios e da zonagem do território

2.1 – Mapa de combustíveis florestais



A caracterização das formações vegetais que constituem um potencial combustível florestal estabelece uma tarefa essencial no processo de avaliação quantitativa do comportamento do fogo.

A caracterização do comportamento do fogo associado a condições ambientais específicas assume particular importância no processo de tomada de decisão em sistemas de gestão de fogo.

A realização da carta de combustíveis e a sua correcta interpretação permitem um planeamento e aplicabilidade em diversas áreas da gestão dos incêndios florestais, tais como: o planeamento de fogos controlados, desenvolvimento de planos de contingência, definição de opções tácticas de combate ao fogo, estimativa da quantidade de emissões produzidas por um incêndio, a quantificação da efectividade de tratamento de combustíveis, as dificuldades de contenção de um incêndio e os efeitos do fogo são aspectos que estão directamente ligados ao comportamento do fogo.

Quadro referente aos modelos de combustíveis florestais existentes no Concelho.

GRUPO	MODELO	DESCRIÇÃO
Herbáceo	2	Pasto contínuo, fino, seco e baixo, com presença de matos ou árvores que cobrem entre 1/3 e 2/3 da superfície. Os combustíveis são formados pelo pasto seco, folhada e ramos caídos da vegetação lenhosa. Os incêndios propagam-se rapidamente pelo pasto fino. Acumulações dispersas de combustíveis podem incrementar a intensidade do incêndio.
Arbustivo	5	Mato denso mas baixo, com uma altura inferior a 0,6m. Apresenta cargas ligeiras de folhada do mesmo mato, que contribui para a propagação do fogo em situação de ventos fracos. Fogos de intensidade moderada
	7	Mato mais velho do que no modelo 5, com alturas compreendidas entre os 0,6 e os 2m de altura. Os combustíveis vivos são mais escassos e dispersos. No conjunto é mais inflamável do que o modelo 5. O fogo propaga-se através do mato com ventos moderados a fortes.
Manta Morta	9	Folhada em bosque de coníferas, ou folhosas, que se diferencia do modelo 8, por formar uma camada pouco compacta e arejada. É formada por agulhas largas como é o caso do <i>Pinus pinaster</i> , ou por folhas grandes e frisadas como as do <i>Quercus pyrenaica</i> , <i>Castanea sativa</i> , etc. Os fogos são mais rápidos e com chamas mais compridas do que as do modelo 8.

O Concelho encontra-se dividido em duas zonas: a Zona Norte constituída essencialmente por povoamentos de resinosas, sendo o Pinheiro bravo a espécie dominante, bem como áreas de incultos.

Estas áreas são caracterizadas pela libertação de combustíveis finos (agulhas e ramos), materiais que entram em ignição com facilidade, pois facilmente perdem humidade e requerem muito pouca energia para se incendiarem. Por outro lado existem

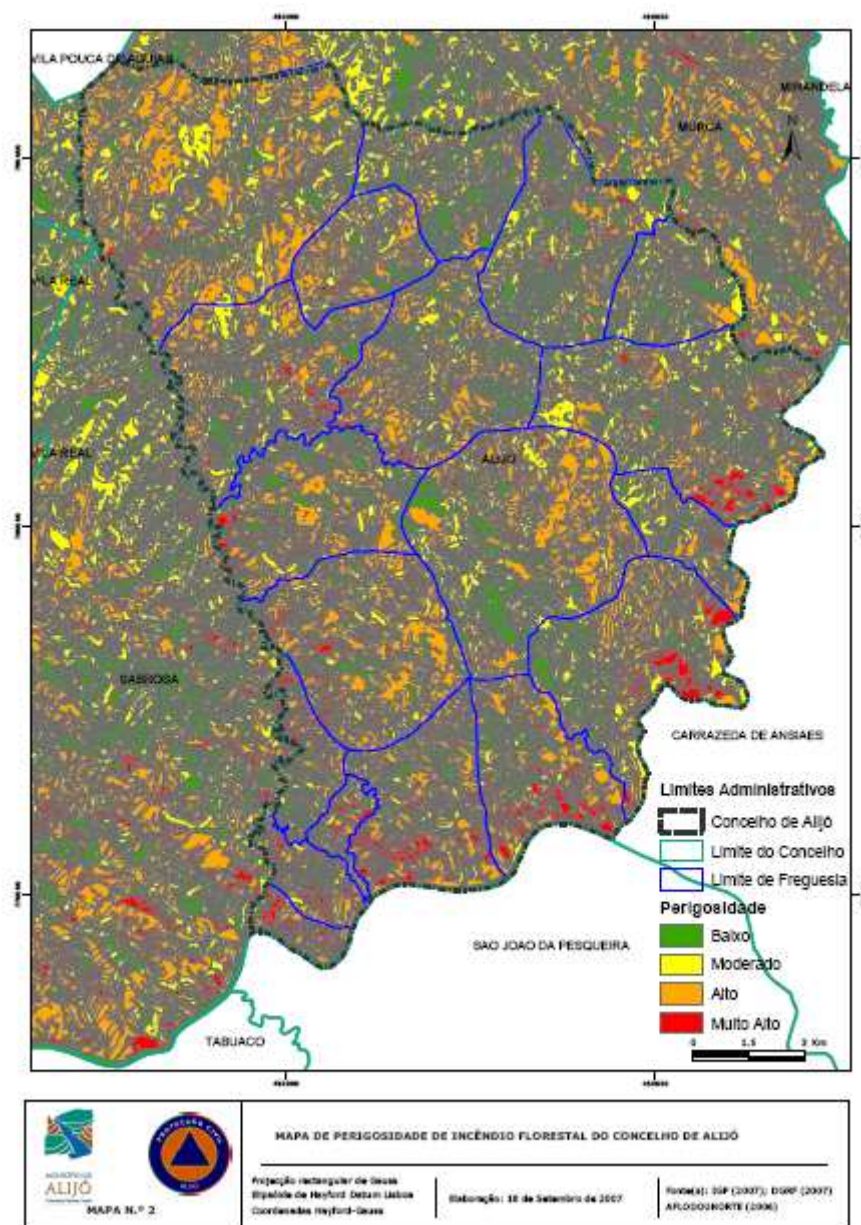
matos, muitas das vezes de porte elevado permitindo uma continuidade horizontal e vertical de vegetação, condição determinante na rápida propagação de um incêndio florestal.

Já a Zona Sul é caracterizada, na sua maioria por uma superfície agrícola de monocultura (vinha), algumas folhosas e por vegetação arbustiva e herbácea.

Não quer isto dizer que não ocorram incêndios florestais nesta zona, a probabilidade de ocorrência é que é considerada menor, devido à sua reduzida dimensão e composição florística.

2.2 – Cartografia de Risco

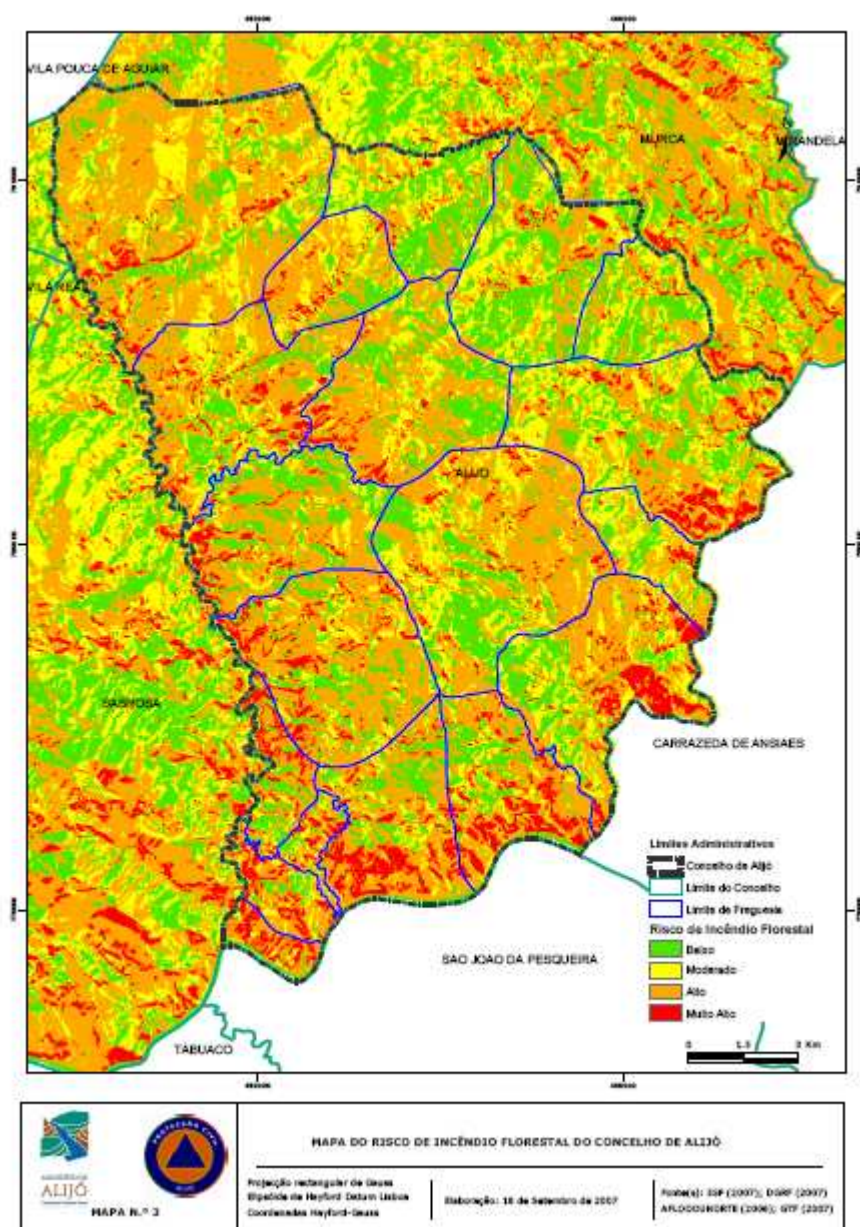
2.2.1 – Mapa de perigosidade de incêndio florestal



O mapa de perigosidade tem como objectivo auxiliar no planeamento de acções de prevenção, é um instrumento de gestão do território, como por exemplo, na restrição à edificação e de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, bem como ferramenta a utilizar no planeamento do combate e vigilância (pré-mobilização dos meios).

Combinando os factores da probabilidade (recorrendo ao histórico) e da susceptibilidade (recorrendo às características do território, como a topografia, declive, ocupação do solo), o resultado do mapa apresenta o potencial de determinado território para a ocorrência do fenómeno, permitindo elaborar um planeamento adequado para a prevenção de incêndios florestais.

2.2.2 – Mapa de risco de incêndio florestal



A carta de risco de incêndio tem como objectivo apoiar o planeamento de medidas de prevenção aos fogos florestais, assim como optimizar as infra-estruturas disponíveis para a defesa da floresta e combate a nível municipal.

De acordo com as orientações do Decreto-Lei n.º124/2006 de 28 de Junho e as portarias 1056/2004 de 19 de Agosto e 1060/2004 de 21 de Agosto, o Concelho de Alijó está incluído na Classe V – Muito alta, isto é, tendo por base a informação histórica sobre a ocorrência de incêndios florestais, ocupação do solo, orografia, clima, demografia, perigosidade, vulnerabilidade e valor foi estabelecida a uma metodologia para a criação da carta de risco.

Analisando todos os parâmetros, a sobreposição das diversas cartas temáticas e sabendo, à partida que todos dependem uns dos outros e são naturalmente susceptíveis a mudanças, examinando os elementos de risco como as edificações (habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas, hospitais e outros equipamentos), estruturas (linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica, antenas de telecomunicações), redes ferroviárias, redes viárias e rede hidrológica, elaborou-se a carta de risco de incêndio para o Concelho de Alijó.

O elevado valor paisagístico dos espaços florestais, a existência de locais privilegiados para o recreio e lazer na floresta são uma mais valia no património florestal existente no Concelho de Alijó.

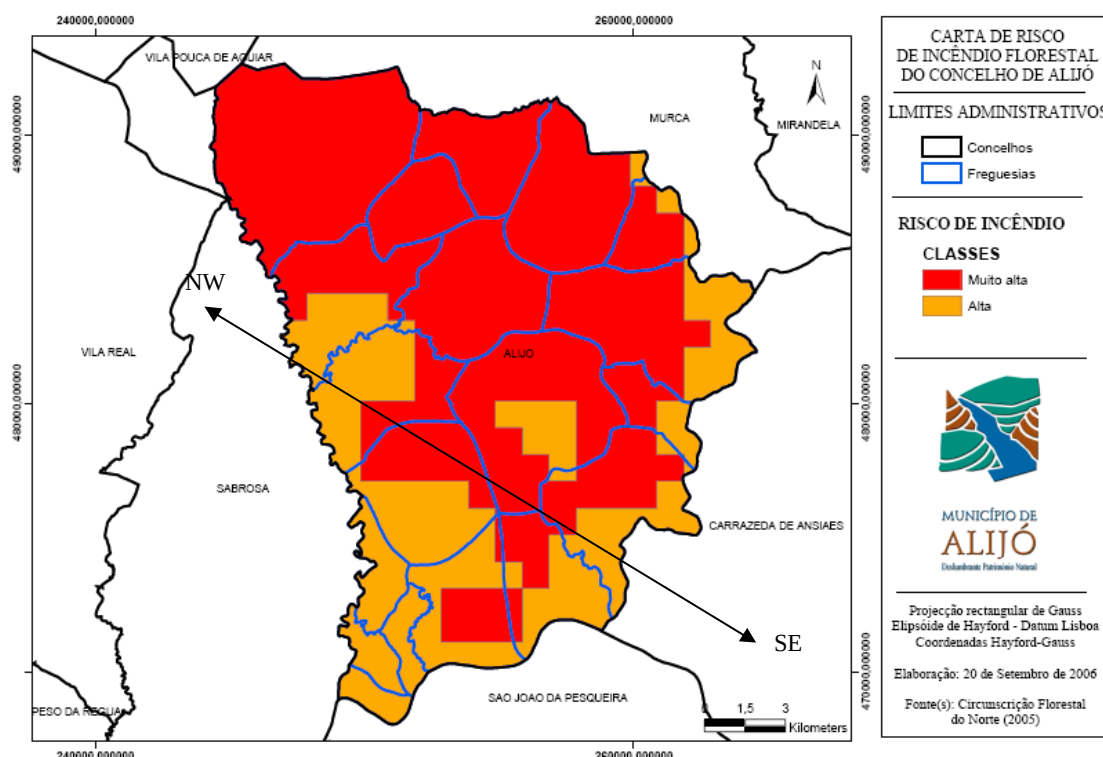
O Concelho apresenta algumas condicionantes como o elevado risco de incêndio associado a áreas com grandes declives e risco de erosão e a elevado abandono dos povoamentos florestais em consequência da elevada faixa etária dos proprietários e consequente desertificação das zonas rurais.

De acordo com a classificação obtida na Carta de Risco de Incêndio verifica-se que as zonas de Risco de Incêndio Muito Alto são zonas de elevado declive, áreas que correspondem a deficientes acessos, pontos de água e visibilidade dos postos de vigia e áreas com elevado risco de erosão.

Verifica-se, através desta Carta de Risco de Incêndio a classificação do Risco em relação aos Concelhos vizinhos, o que permite, nas zonas fronteira, uma maior atenção no planeamento das acções a desenvolver.

As zonas classificadas com Risco de Incêndio Alto são áreas muito susceptíveis à ocorrência de incêndios, uma vez que já foram percorridas e devastadas por grandes incêndios mais que uma vez o que torna uma situação bastante delicada na protecção e prevenção da floresta contra os incêndios.

2.2.2.2 – Carta do risco de incêndio (POM)



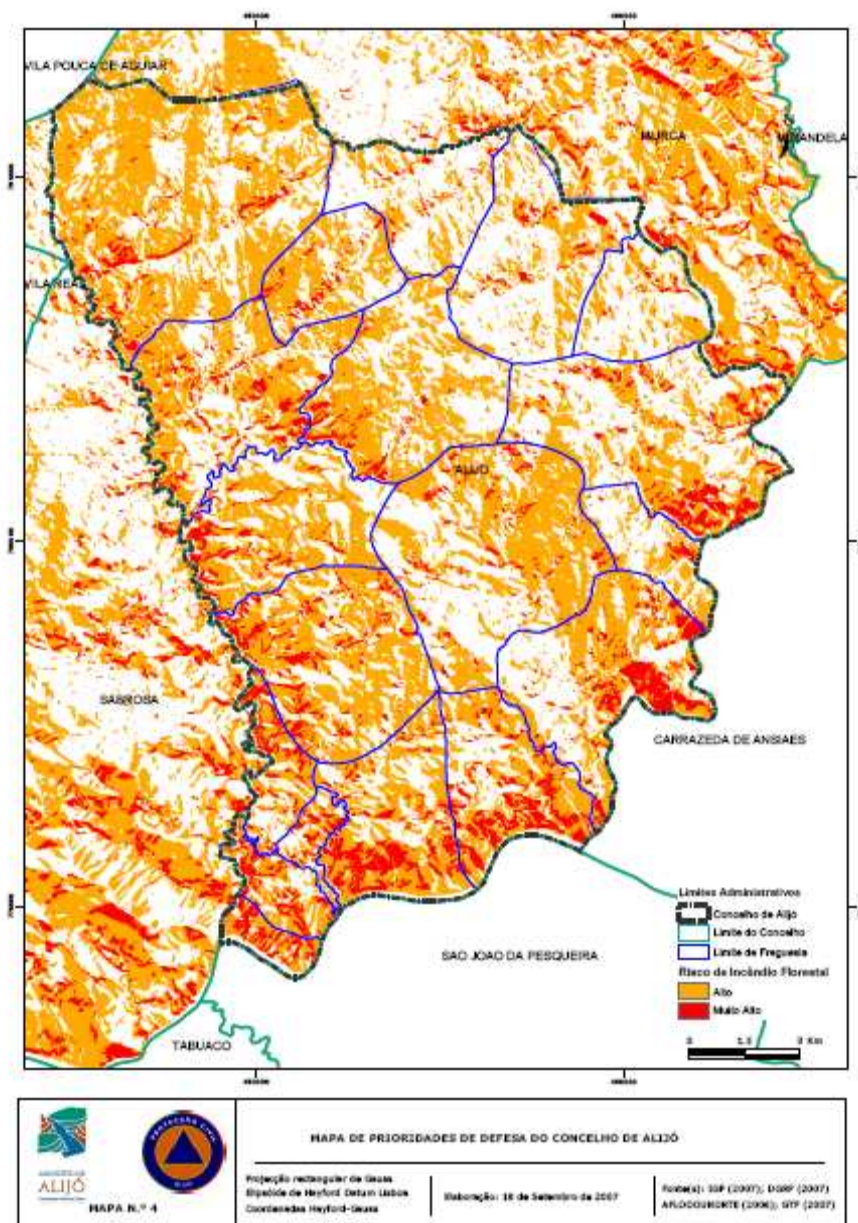
Para um melhor planeamento e operacionalização das acções a desenvolver observou-se outra carta de Risco de Incêndio com os dados da DGRF.

Analisando esta carta verifica-se que o Concelho de Alijó se divide em duas zonas distintas, devido às suas características paisagísticas. A Zona correspondente ao Norte do Concelho constituída na sua maior parte por povoamentos de resinosas, que por sua vez estão associados a grandes áreas de matos e incultos, muitas das quais deixadas ao abandono pelos seus proprietários, é aquela que possui um risco de incêndio mais alto. Este risco envolve as componentes de ignição e propagação do fogo, já que estas duas não se devem dissociar.

No que diz respeito à Zona Sul e apesar de ser constituída essencialmente por actividades ligadas à vinha, considera-se que o risco é alto pelo facto de se tratar de um Concelho núcleo crítico em termos de condições de clima e topografia.

Assim, embora os povoamentos estejam em melhores condições do que os da Zona Norte (não estão abandonados), considera-se que o risco é alto.

2.3 – Carta de prioridades de defesa



Perante este Plano, a redução do número de incêndios e área ardida, e as necessidades do Concelho podemos afirmar que as prioridades de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Alijó passam por:

- Mudança comportamental por parte das crianças e da população em geral (sabendo que estudos sobre o comportamento indicam que podem demorar 12 a 18 anos);

- Cumprimento do disposto no Decreto. Lei nº124/2006 de 28 de Junho por parte das entidades gestoras das infra-estruturas inseridas nos espaços florestais:

- . Faixas de gestão de combustíveis nos aglomerados populacionais;**
- . Faixa de gestão de combustível no parque industrial;**
- . Faixas de gestão de combustíveis na rede viária;**
- . Faixas de gestão de combustíveis na rede ferroviária;**
- . Faixas de gestão de combustíveis nas linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica;**

. Faixas de gestão de combustíveis nas edificações confinantes com área florestal;

- Vigilância das áreas florestais não abrangidas pelos postos de vigia fixos;

- Recuperação do potencial florestal do Concelho (segundo o plano de recuperação definido, que consiste em iniciar essa recuperação pelas grandes áreas, como são baldios e grandes proprietários, servindo de impulso para os pequenos agricultores possuidores de pequenas áreas) tendo em conta as Orientações Estratégicas para Recuperação de Áreas Ardidas;

. Dinamização e acompanhamento de projectos de limpeza, arborização e re-arborização de manchas florestais;

. Dinamização e acompanhamento de projectos para recuperação de áreas ardidas;

. Dinamização e acompanhamento de projectos de luta contra agentes biológicos;

. Aumento do ciclo temporal natural de fogos florestais e consequente diminuição da área de incultos e matos;

3. Eixos Estratégicos

Neste capítulo pretende-se fazer constar as acções necessárias à Defesa da Floresta Contra Incêndios, de acordo com o estabelecido no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006 de 26 de Maio de 2006.

Devem constar as acções de prevenção, bem como as previsões e programações das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a ocorrência de incêndios de acordo com o estabelecido nos cinco eixos estratégico, sendo eles:

- 1.º Eixo Estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- 2.º Eixo Estratégico – Redução da incidência dos incêndios;
- 3.º Eixo Estratégico – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- 4.º Eixo Estratégico – Recuperação e reabilitação dos ecossistemas;
- 5.º Eixo Estratégico – Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

1.º Eixo Estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

Este eixo tem como objectivo uma melhor organização do nosso território, ou seja, o aumento da gestão activa dos espaços silvestres, aplicar estrategicamente sistemas de gestão de combustível e desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de bens e pessoas e tornar os espaços florestais mais resilientes à acção do fogo. Estes factores conduzem ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, fomentando a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social.

Como estratégia queremos aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes à acção do fogo.

É através deste eixo que se vai dar resposta ao n.º 1 do artigo 15º do Decreto lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, uma vez que os espaços florestais que ficarem definidos neste Plano, as entidades gestoras destes espaços irão ser obrigadas a uma gestão de combustíveis junto das infra-estruturas.

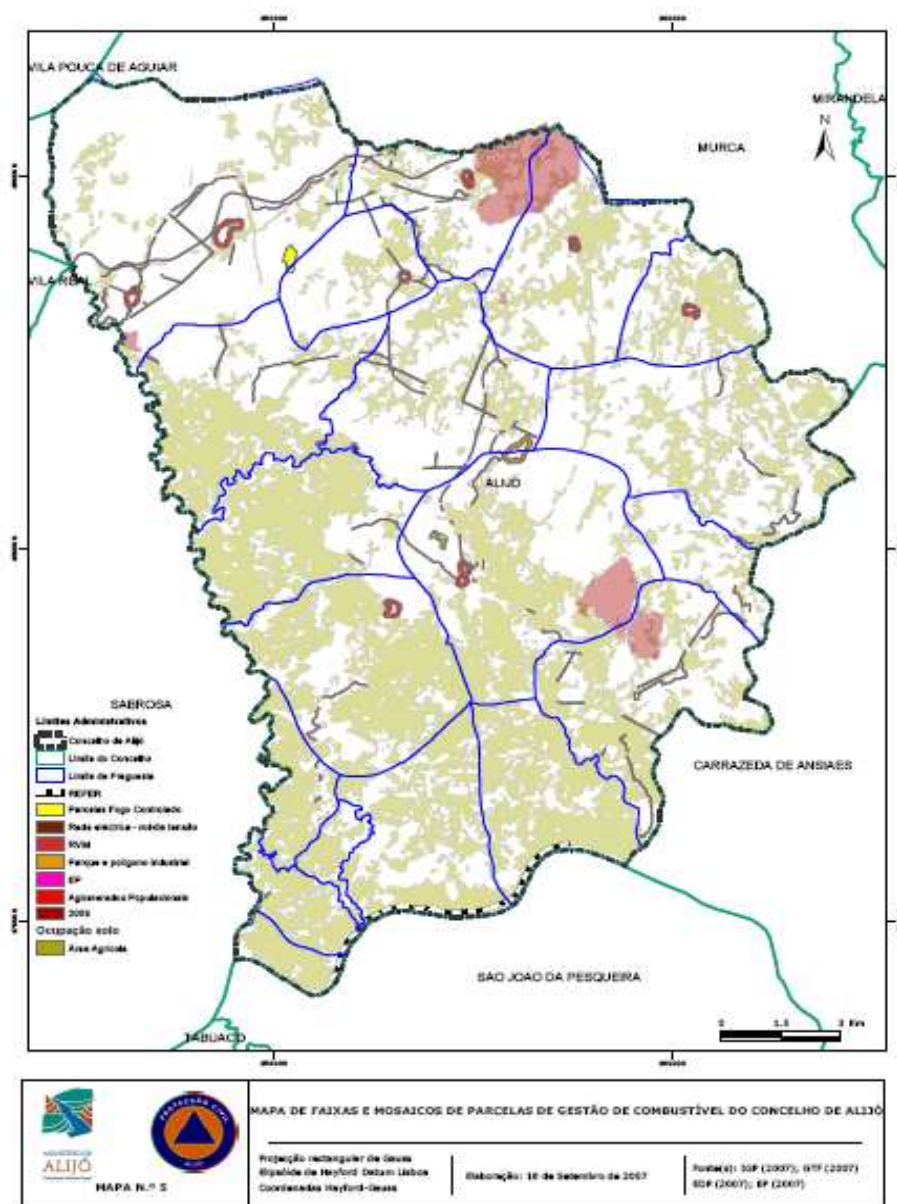
Objectivo estratégico: Promover a gestão de combustível e intervir preventivamente em áreas estratégicas.

Objectivo operacional: - Proteger as zonas de interface urbana/floresta;
- Implementar programas de redução de combustíveis.

Acções:

- 🌲 Criar e manter redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidades aos incêndios;
- 🌲 Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível;
- 🌲 Promover acções de silvicultura;
- 🌲 Criar e manter redes de infra-estruturas (rede viária e rede de pontos de água);
- 🌲 Promover acções de gestão de pastagens;
- 🌲 Divulgar técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais.

MAPA DE FAIXAS E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS

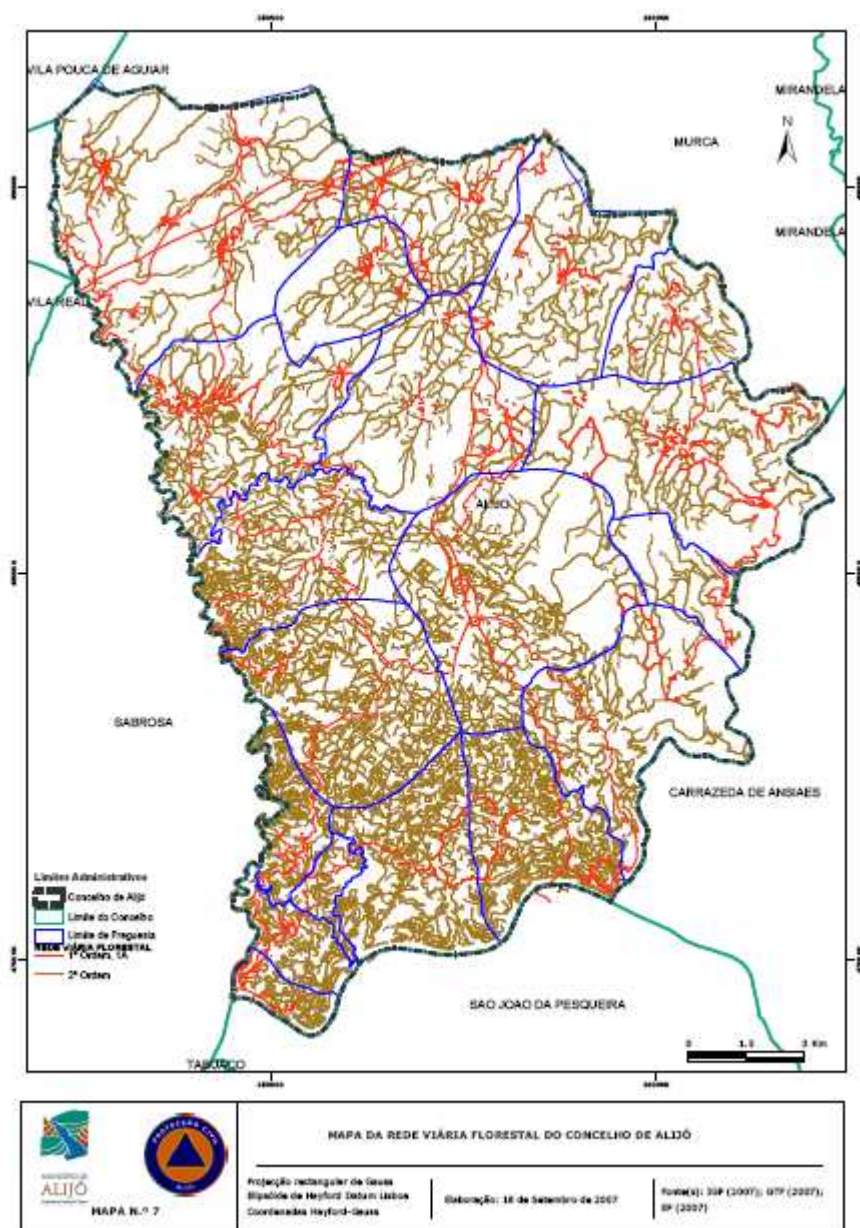


Freguesia	Código da descrição da Faixa/Mosaico	Descrição da Faixa/Mosaico	Área	Unidades		
Alijó	oo2	Aglomerados Populacionais	8,483	ha		
			0,28	%		
	oo3	Parque Industrial	10,57	ha		
			0,36	%		
	Sub-Total		19,053	ha		
0,64			%			
Favaios	oo2	Aglomerados Populacionais	5,294	ha		
			0,25	%		
	Sub-Total		5,294	ha		
0,25			%			
Pegarinhos	oo2	Aglomerados Populacionais	6,439	ha		
			0,34	%		
	Sub-Total		6,439	ha		
			0,34	%		
Ribalonga	oo2	Aglomerados Populacionais	2,741	ha		
			0,30	%		
	Sub-Total		2,741	ha		
			0,3	%		
Sta Eugénia	oo2	Aglomerados Populacionais	2,888	ha		
			0,32	%		
	Sub-Total		2,888	ha		
0,32			%			
Vila Verde	oo2	Aglomerados Populacionais	11,665	ha		
			0,27	%		
	Sub-Total		11,665	ha		
			0,27	%		
			Total oo2		37,51	ha
					1,76	%
			Total oo3		10,57	ha
					0,36	%
			Total FGC/Mosaicos		48,08	ha
		2,12	%			

Verifica-se que as faixas de gestão de combustível estão inseridas nas Freguesias a Norte do Concelho, estas faixas foram seleccionadas de acordo com a definição de aglomerados populacionais e submetidas à gestão do combustível, por parte do Município, numa primeira fase, agora com o Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, são os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos confinantes com as edificações os responsáveis por levarem a cabo todas as acções de gestão de combustível e definidas neste plano.

Observa-se que a parte Sul do Concelho não apresenta faixas de gestão de combustível pois é uma zona onde a vinha predomina e os povoamentos florestais existentes encontram-se muito espalhados e não confinam com as edificações.

CARTA DA REDE VIÁRIA FLORESTAL



A rede viária é um dos pilares para a estratégia de defesa da floresta contra incêndios, constituindo com frequência o referencial para a implantação e eficiência das restantes componentes de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Os acessos aos espaços florestais constituem um aspecto relevante para o ordenamento florestal. São determinantes no escoamento dos produtos florestais, no combate a incêndios florestais e na oferta do recreio e lazer às populações.

A rede viária constitui zonas de descontinuidade horizontal da vegetação, podendo contribuir para travar o avanço de incêndios florestais. Além das restantes infra-estruturas com relevância para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, a existência de cartografia de estradas e caminhos é de elevada importância para as operações de coordenação de meios de combate e para o desenvolvimento de estratégias.

Muitos dos caminhos florestais apresentados, foram feitos de novo enquanto os restantes foram todos beneficiados pela Câmara Municipal, em colaboração com os Bombeiros, na cara do seu representante na CMDFCI, o que representa um apoio da maior importância no acesso às manchas florestais e no combate aos incêndios florestais.

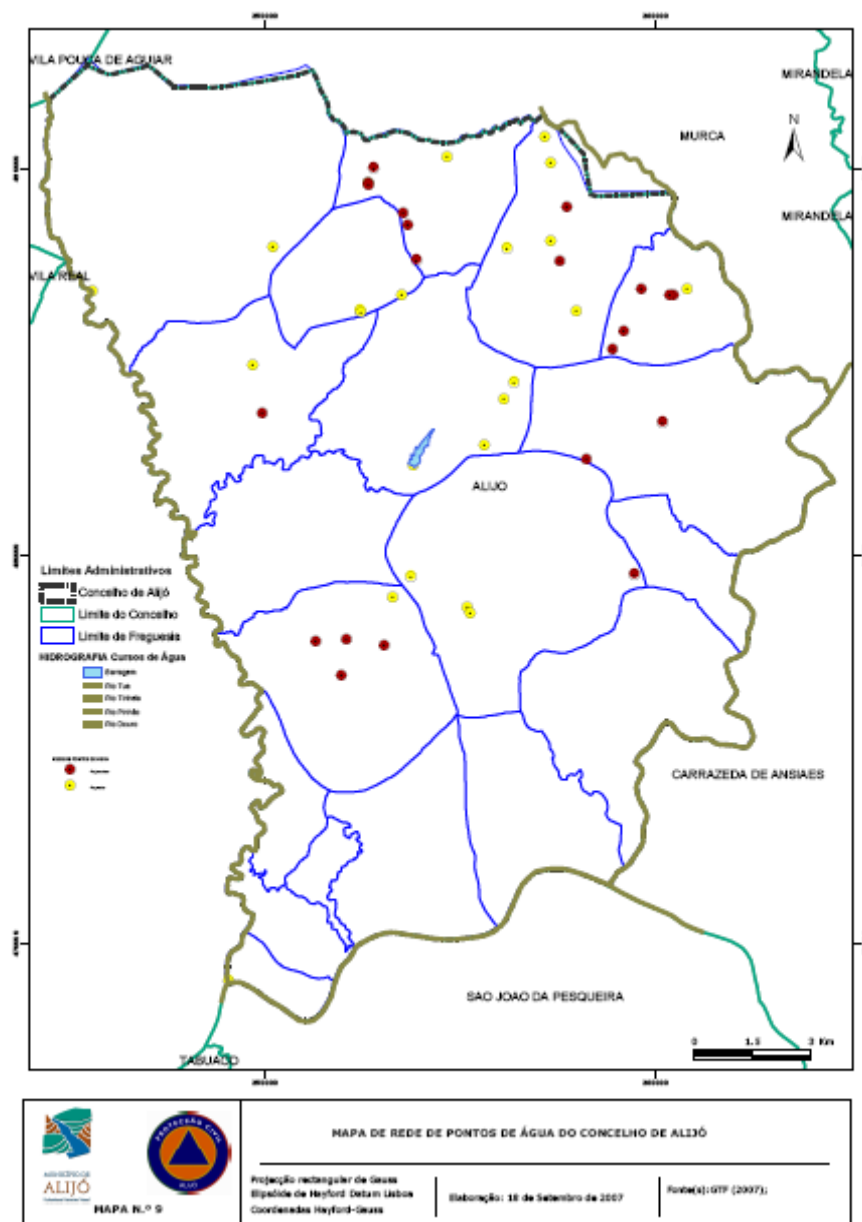
Freguesia	Código da descrição da RV	Descrição da Rede Viária	Comp/Área	Unidades
Alijó	PNR	Rede de Estradas Nacionais	5266,424	m
	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	31,125	ha
			1,06004472	%
Amieiro	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	17,631	ha
			2,72781537	%
Carlão	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	23,459	ha
			0,88376026	%
Favaio	PNR	Rede de Estradas Nacionais	2255,365	m
	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	22,585	m
			1,053122	%
Pegarinhos	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	22,538	ha
			1,20001857	%
Pópulo Ribalonga	PNR	Rede de Estradas Nacionais	7209,467	m
	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	19,681	ha
			1,61649959	%
	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	1,593	ha
			0,17451066	%
Sanfins Douro	PNR	Rede de Estradas Nacionais	387,886	m
	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	18,672	ha
			1,09248326	%
Sta Eugénia	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	4,189	ha
			0,45815388	%
S. Mamede	PNR	Rede de Estradas Nacionais	3517,255	m

			35,642	ha
	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	1,77242831	%
Vila Chã	PNR	Rede de Estradas Nacionais	4131,325	m
			68,911	ha
	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	3,40686084	%
Vila Verde	PNR	Rede de Estradas Nacionais	11608,91	m
			41,069	ha
	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	0,9757942	%
Vilar Maçada	PNR	Rede de Estradas Nacionais	1390,65	m
			33,887	hha
	RVF	Rede Viária Florestal – 2ª Ordem	1,67797593	%
Total da Rede Viária Florestal			317,523	

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 15º, do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, nos espaços florestais definidos no PMDFCI é obrigatório que a entidade responsável providencie a gestão do combustível, assim sendo, foi elaborado o levantamento das áreas em questão, no que diz respeito à rede viária e apresentadas às respectivas entidades gestoras para que tivessem conhecimento das áreas onde se deverá efectuar a gestão do combustível.

A gestão do combustível nestas áreas torna-se importante para a redução do número de incêndios florestais no Concelho, funcionando como barreiras de descontinuidade.

MAPA DA REDE DE PONTOS DE ÁGUA – ACESSIBILIDADE E OPERACIONALIDADE



Verifica-se a existência de vários pontos de água, uns classificados como pontos de água terrestres (charcas, poços, bocas de incêndio, tanques, fontes) e outros como pontos de água mistos (barragem, rios, piscinas, represas, tanques, lagos).

Todos os pontos de água foram validados no terreno, verificou-se a sua funcionalidade, estado de conservação.

A recolha, registo e actualização da base de dados dos pontos de água existentes é essencial para um bom desempenho na altura de actuação das equipas de combate aos incêndios florestais, o conhecimento destes faz com que o tempo de actuação seja minimizado e a operação de combate eficaz.

Dados Disponíveis de localização dos Pontos de Água do Concelho de Alijó.

Dados	Tanque da Corredoura	Ponto de água da Balsa	Lago da Chã	Ponto de água do Aeródromo
Eixo – xx	251 949.48	245 609.46	256 146.11	256 368.60
Eixo – yy	476 924.15	486 826.75	484 047.82	484 447.44
_____	Ponte de Monim	Charca da Sanradela	Tanque da Quinta da Tapada Velha	Poço dos Novos
Eixo – xx	249 679.05	249 939.42	253 882.71	253 266.06
Eixo – yy	484 888.25	483 779.46	479 627.65	478 931.49
_____	Largo da Fonte Favaio	Tanque da Quinta	Tanque de Vale Tijoso	Tanque da Corredoura
Eixo – xx	253 052.96	252 106.92	251 302.01	251 951.79
Eixo – yy	477 695.70	477 874.59	477 814.14	476 933.05
_____	Fonte do Ermitão	Charca da Burneira	Fonte do Porto	Tanque da Barroca
Eixo – xx	259 467.21	258 238.14	260 182.63	258 913.37
Eixo – yy	479 542.85	482 525.52	483 453.50	485 357.53
Dados	Charca entre Sta Eugénia e Pegarinhos	Mina do Alto Pinheiral	Piscinas da Pousada de Alijó	Poço do Centro de Dia Sta Eugénia
Eixo – xx	259 134.80	260 469.13	255 191.33	260 363.72
Eixo – yy	485 770.91	486 761.59	478 652.31	486 752.21
Dados	Poço entre Sta Eugénia e Pegarinhos	Boca-de-incêndio Pegarinhos	Represa da Botelhinha	Charca da Quinta da Cruzinha
Eixo – xx	259 647.40	257 565.17	256 982.20	256 207.12
Eixo – yy	486 882.93	487 632.71	486 127.41	487 924.52
Dados	Piscina de Pegarinhos	Poço de Castorigo	Tanque de Castorigo	Piscinas de Alijó
Eixo – xx	257 328.70	257 746.65	257 361.37	255 245.39
Eixo – yy	488 119.76	489 018.02	490 085.89	478 551.22

Dados	Piscinas da Quinta do Reconco	Piscina particular do Pópulo	Boca-de-incêndio do Pópulo	Poço do Pópulo (2)
Eixo – xx	260 836.26	252 640.80	252 661.33	252 791.39
Eixo – yy	486 858.59	489 648.41	489 579.12	490 018.03
Dados	Poço da Ribalonga	Poço de Vale de Mir	Tanque da Giesteira	Barragem de Vila chã
Eixo – xx	253 506.44	253 948.97	255 719.06	253 868.51
Eixo – yy	488 483.89	487 677.23	482 849.70	482 326.71
Dados	Praia fluvial do Pinhão			
Eixo – xx	249 096.66			
Eixo – yy	469 118.61			

Os dados do quadro anterior permitem a localização exacta dos pontos de água do Concelho, o que facilita a acção dos comandos em caso de incêndios, bem como ajuda na planificação dos meios a afectar, e como coordenar os seus abastecimentos.

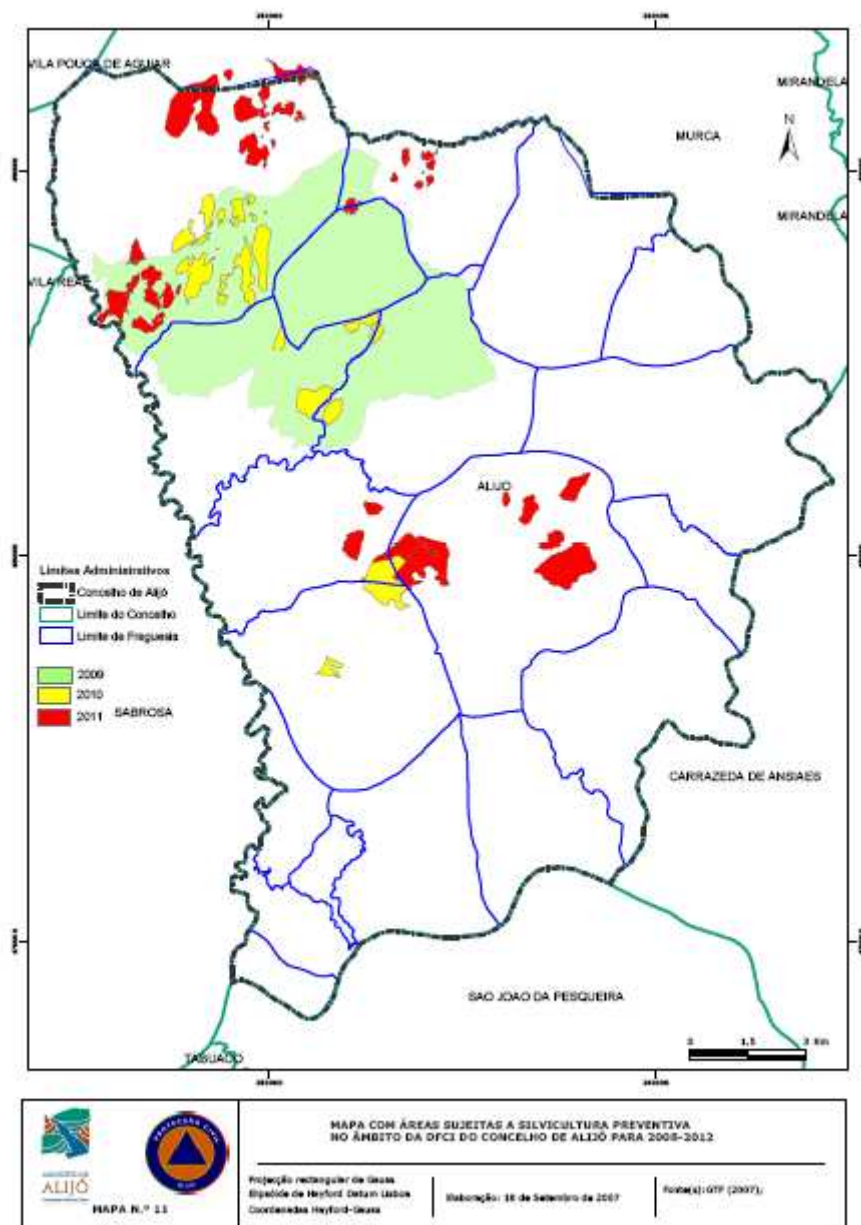
Descrição dos pontos de água mistos:

Freguesia	ID_PA	Código do tipo PA	Volume Máximo (m3)
Alijó	4	113	---
	5	113	240
	24	114	---
Favaios	23	214	1414
Pegarinhos	12	111	2945
	11	114	94248
	22	114	---
	9	113	150
	8	114	---
Pópulo	21	112	---
	15	113	---
	16	113	---
Ribalonga	17	112	---
	19	112	---
Vila Chã	2	211	6000000
	3	115	12500
	6	111	3000
	7	122	2000
Vila Verde	14	212	---
	20	112	---
Vilar Maçada	13	212	---

O Concelho de Alijó apresenta alguns pontos de água mistos nas Freguesias mais susceptíveis de ocorrência de incêndios florestais o que implica, desde que os meios estejam disponíveis e sejam solicitados, um ataque mais eficaz no combate às chamas.

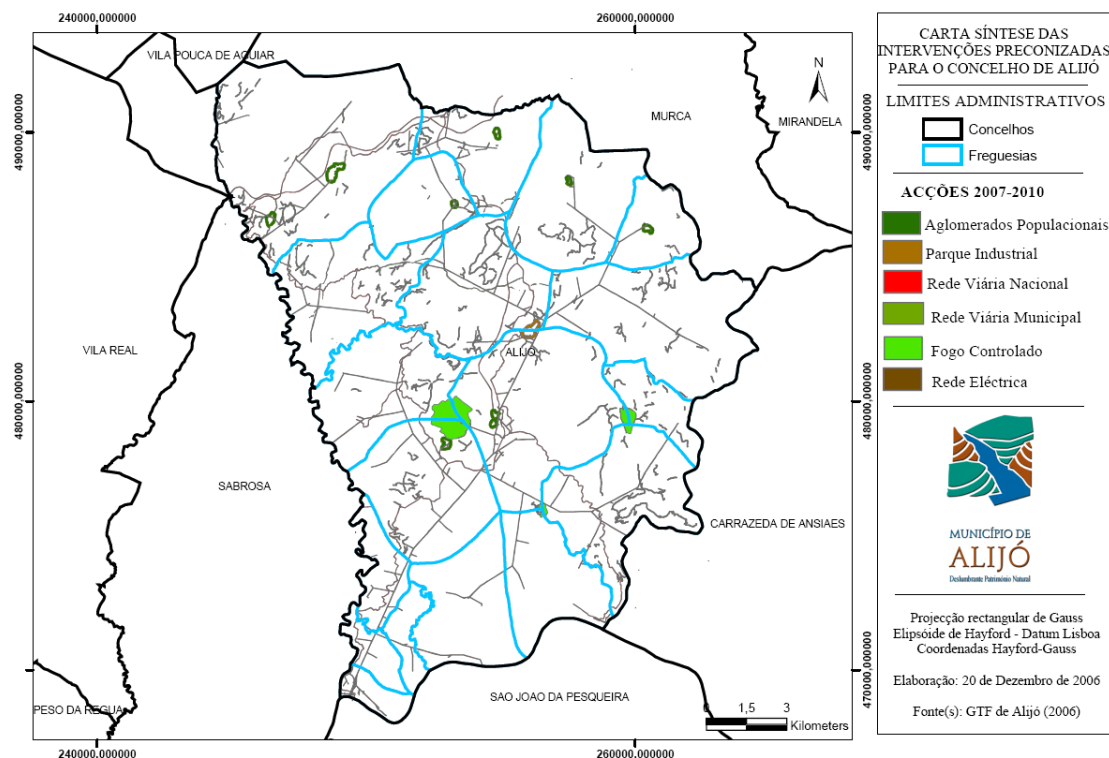
PROGRAMA DE ACÇÃO:

Silvicultura Preventiva no âmbito da DFCI



Freguesia	Identificação da Parcela	Descrição da acção	Calendarização 2008-2012											
			2008											
			J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Alijó, Favaíes, Pegarinhos, Pópulo, Ribalonga, Sta Eugénia, Vila Verde	1	Limpeza de matos												
	2	Limpeza de matos												

Freguesia	Identificação da Parcela	Descrição da acção	Calendarização 2008-2012											
			2010											
			J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Alijó, Favaíes, Pegarinhos, Pópulo, Ribalonga, Sta Eugénia, Vila Verde	1	Limpeza de matos												
	2	Limpeza de matos												

Carta Síntese:

De acordo com o Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, o Município, para além de ser responsável da faixa de gestão de combustível no parque industrial e rede viária municipal, como entidade gestora, também tem a função de fiscalizar estas acções preconizadas.

O aumento dos danos provocados pelos incêndios florestais tem induzido uma consciência generalizada, tanto ao nível da população como entre as entidades públicas, e simultaneamente, provocado uma melhoria do conhecimento sobre o fenómeno da ocorrência de incêndios e quais os meios de luta e de prevenção mais eficazes para minimizar o problema. No entanto, apesar da maior disponibilidade de recursos humanos e materiais para o seu combate, os resultados revelam uma ineficácia crescente ou flutuante destes meios, tornando-se cada vez mais evidente que só através de uma política baseada essencialmente em acções de prevenção e coordenação, se poderá chegar a uma situação estável de redução do risco de incêndio.

Assim, terão de ser tomadas medidas de protecção contra incêndios, que integrem cada vez mais acções de prevenção e que englobem os seguintes aspectos fundamentais:

🌲 Correção dos erros estruturais e culturais que a generalidade dos povoamentos de resinosas do Concelho apresentam, designadamente no que respeita às continuidades verticais e horizontais de cargas de combustíveis;

Gestão da vegetação através de corte mecânico de matos

Muitos dos povoamentos de resinosas crescem de uma forma desordenada. Para um melhor aproveitamento dos recursos e implementação de uma verdadeira actividade sustentável, poder-se-ão criar condições para destinar estes resíduos às escolas do concelho ou outras instituições sem fins lucrativos, ou ainda a futura central de biomassa.

Gestão da vegetação através de corte manual de matos

Preconiza-se a limpeza de matos, por faixas ou manchas de dimensão variável, em zonas com intensa regeneração natural de vegetação autóctone, linhas de água ou locais cujas características orográficas permitam a criação de áreas de contenção do fogo.

Desbaste, desrama e eliminação de resíduos

Conjunto de operações a desenvolver, em faixas de dimensão variável, ao longo dos caminhos que atravessam ou ladeiam os povoamentos, faixas que se entepõem entre povoamentos e áreas agrícolas e/ou de matos onde a probabilidade de utilização de fogo como prática cultural é elevada.

🌲 Realização de acções de sensibilização e formação da população em geral, com especial destaque para as classes etárias mais baixas. Sensibilização da fracção da população mais directamente ligada à problemática dos incêndios florestais (Técnicos, Bombeiros, Sapadores, Vigilantes, etc.);

Para além das acções referidas em pontos anteriores relativas à gestão da vegetação, foi apresentada uma candidatura ao Fundo Florestal Permanente, para aquisição e distribuição pela população de material diverso contendo slogans alusivos à prevenção dos incêndios, Concurso “Alijó na Defesa da Floresta”,

Cd's interactivos, desporto, aventura e floresta “Aventura com a Floresta”, acompanhamento do “Clube da Floresta” no seu programa de actividades.

Aproveitar as diversas oportunidades existentes na área das acções de formação (frequentemente subsidiadas pela União Europeia), para aumentar a especialização e o conhecimento daqueles que desenvolvem o seu trabalho em actividades relacionadas com a floresta.

 Investigação das principais causas e factores que contribuem para a ocorrência de incêndios;

 Estudo e aplicação das técnicas de gestão de combustíveis;

Gestão da vegetação através de fogo controlado:

Consiste na eliminação, através do fogo, da parte aérea dos matos de forma a criar áreas de dimensão variável, dominadas predominantemente por gramíneas e/ou rebentação de arbustos. Esta técnica será aplicada em áreas de matos e/ou sub-coberto de resinosas, pretendendo-se, simultaneamente, criar áreas de pastoreio e quebrar a continuidade vertical e horizontal dos combustíveis.

 Construção e beneficiação dos pontos de água;

Uma vez realizado o levantamento, caracterização e validação dos pontos de água distribuídos pelo Concelho, existe a necessidade de ser comprovado o seu estado de conservação antes da época crítica dos incêndios. A sua localização deverá estar claramente sinalizada e o seu funcionamento deverá ser autónomo.

 Conservação da Paisagem;

A deflagração de incêndios nas áreas de matos, muitas vezes contíguas a povoamentos de espécies florestais resinosas ou autóctones, prende-se sobretudo, com a criação de zonas de pasto e abertura de clareiras para a caça. Assim, nestas áreas pretende-se potenciar o aparecimento, em manchas ou faixas, de vegetação herbácea e/ou arbustiva pouco lenhificada com vista à criação de zonas de pasto para o gado e fauna selvagem.

Também no âmbito da silvicultura preventiva poderão ser instaladas cortinas de abrigo, com o objectivo de reduzir localmente a velocidade do vento e interceptar faúlhas e outros materiais incandescentes.

As manchas de vegetação autóctone, a par da vegetação ripícola e dos lameiros, constituem efectivas barreiras naturais à propagação de incêndios. Deste modo, preconiza-se a limpeza e condução de manchas ou núcleos de regeneração natural autóctone sempre que as suas características possam vir a possibilitar a criação de áreas de contenção de fogos.

Deve evidenciar-se a importância do tratamento das FGC no planeamento da rede viária estruturante, nacional, municipal e local. Essa abordagem tem como objectivos diminuir a probabilidade da deflagração de fogos nas bermas das estradas, dificultar a propagação de focos nascentes e facilitar a utilização destas vias como pontos de acesso e de apoio ao combate das frentes de fogo. Como entidade gestora da rede viária municipal, foi apresentada uma candidatura ao Fundo Florestal Permanente para a limpeza de matos, numa faixa não inferior a 10 metros com uma área de intervenção 337,982 ha que irá ter um custo total de € 277 437,26.

As Faixas de Redução dos Combustíveis, com uma largura mínima de 100 m em redor das povoações, não são desenhadas para parar um fogo, mas sim para conferir às forças responsáveis pelo combate uma maior probabilidade de sucesso no ataque e contenção de um grande incêndio florestal.

A manutenção deverá ser integrada com actividades geradoras de recursos financeiros como a silvopastorícia, a gestão cinegética, a recolha de biomassa para energia, a agricultura ou a produção de frutos silvestres. Igualmente deverá

ser optimizada a utilização dos sapadores florestais ou de outras estruturas locais que operem na gestão de combustíveis.

Também haverá a necessidade de proteger as habitações e outras edificações em espaços rurais, começando no planeamento dos usos do território, executando uma faixa de 50 metros de largura mínima, prevista no Decreto-Lei nº. 124/2006 de 28 de Junho, tendo como referência as seguintes indicações:

- uma faixa de 1-2 m pavimentada (empedrada, cimentada, etc.) circundando todo o edifício;

- uma faixa de 10 m (até 20 m nas situações de maior declive) desprovida de combustível, constituindo uma faixa de interrupção de combustível. Esta faixa poderá ter, excepcionalmente, alguns exemplares arbóreos ou arbustivos isolados, desde que sejam espécies pouco inflamáveis, e que estabeleçam continuidade de combustível (separação de copas, 3 m de altura mínima da base da copa, ausência de continuidade vertical entre árvores e arbustos) e respeitem distâncias mínimas para o edifício (por exemplo., mais de 5 m de edifício);
- uma faixa de 30 a 40 m desprovida de matos – faixa de atenuação. Caso exista, o coberto arbóreo deve, sempre que possível, ter copas que se distanciem entre si o equivalente à média da sua largura e tenham a base à altura mínima de 3 m, constituindo uma FGC;
- deverá ser evitada a constituição de sebes com espécies mais inflamáveis e a sua orientação não deve coincidir com a dos ventos dominantes;

Para que ocorra sucesso nas medidas de protecção das habitações inseridas em espaços florestais e para que haja dinamização da aplicação da legislação, será necessário efectuar uma adaptação das prescrições técnicas gerais para cada caso, ocorrendo por isso mesmo um controlo sistemático da aplicabilidade da lei, e por conseguinte um acompanhamento dos trabalhos de modificação dos combustíveis.

Outro facto muito importante a reter, e que em muito contribui para o laxismo em relação ao espaço rural/florestal, será a necessidade de realização do cadastro florestal do Concelho. Por ser uma questão complexa, e por se tratar de um processo bastante moroso, deverá contar com uma intervenção ao nível do estado central.

2.º Eixo Estratégico – Reduzir a incidência dos incêndios

O elevado número de ocorrências leva à necessidade de uma intervenção ao nível da prevenção, isto é, planeamento de acções, actividades com o objectivo de reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar.

Este eixo vai incidir em duas vertentes, o controlo das ignições e o controlo da propagação, sabendo que o controlo das ignições consiste em evitar que se dê início a um incêndio e sabendo à partida que a maioria deles são provocados pela actividade humana, a alteração de comportamentos é indispensável e importante, mudança comportamental por parte das crianças e da população em geral (sabendo que estudos sobre o comportamento indicam que podem demorar 12 a 18 anos).

Torna-se imperativo educar os diferentes sectores populacionais no sentido de reconhecerem na floresta um património colectivo, com valor económico, social e ambiental e assumirem responsabilidades do seu legado às suas gerações futuras, eliminando comportamentos de risco.

Objectivo estratégico: - Educar e sensibilizar as populações;

- Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações.

Objectivo operacional: - Sensibilização;

- Fiscalização.

Acções:

🌲 Implementação de campanhas de sensibilização de acordo com os grupos alvos definidos pelas motivações e causalidade regional;

🌲 Definir áreas críticas e prioritárias de fiscalização, tendo em consideração das principais causas e motivações de incêndio, o valor dos espaços florestais, o risco de ignição, as freguesias de risco, os dias da semana e os períodos do dia de maior risco.

As campanhas de sensibilização visam incutir nas populações uma cultura de responsabilidade, bem como uma maior consciencialização, por parte das populações, da importância do valor e da preservação do património florestal. A realização destas acções de sensibilização compete à Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, de acordo com a alínea d) do artigo 4º da Lei nº 14/2004, de 8 de Maio. A sensibilização da população será efectuada por diversas entidades e tendo por base a sensibilização e as campanhas desenvolvidos pela Direcção Geral dos Recursos Florestais, entidade, segundo o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que cabe as acções de prevenção estrutural, nas vertentes de sensibilização.

O **Gabinete Técnico Florestal** da Câmara Municipal de Alijó, sob coordenação da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, continuará a levar a cabo acções de sensibilização, dirigidas, quer à generalidade da população, quer a determinados público-alvo, com o intuito de prestar informação acerca das boas práticas de prevenção de incêndios florestais e de alertar para os comportamentos de risco.

Para que as acções de sensibilização obtenham o resultado esperado é necessário elaborar um diagnóstico sobre os comportamentos de risco para cada grupo alvo e para isso o histórico é muito importante, pois as informações, como as causas dos incêndios ocorridos no Concelho é a chave para o sucesso das acções a desenvolver.

Acções para a Prevenção de Incêndios Florestais – Formação, informação, educação e sensibilização

Importa desenvolver uma eficiente campanha de informação/sensibilização que mobilize toda a sociedade para a concretização dos seguintes objectivos:

1. Reduzir o número de ocorrências de incêndios;
2. Reduzir a área ardida.

Plano de Prevenção – Sensibilização para Comportamentos de Risco – Diagnóstico

Grupo (Quem?)	Comportamento de Risco (O quê? Onde? Como?)	Período (Quando?)	Impacto e danos (Quanto?)			
			N.º de ocorrências	Área ardida	Danos	Custos
Proprietário florestal	Realização de queimas para eliminação de sobrantes da exploração ou de queimadas para renovação de pastagens					
Proprietário habitações inseridas no interface urbano/florestal	Alertar para a importância da faixa de protecção circundante às suas habitações					
Agricultores inseridos no interface agrícola/floresta	Realização de queimas para eliminação de sobrantes da exploração					
Operadores de máquinas e equipamentos florestais/agrícolas	Operação de máquinas sem os respectivos dispositivos de retenção de faúlhas					
Pastores	Queimadas para renovação de pastagens					
Caçadores	Conflitos de caça; Realização de fogueiras para confecção de alimentos					
Automobilistas	O deitar fora, pela janela do carro, a ponta do cigarro					

Plano de Prevenção – Boas práticas – Plano 2007/20011

Grupo (Quem?)	Campanha de informação e sensibilização (O quê? Onde? Como?)	Período (Quando?)	Impacto esperado			
			N.º de ocorrências	Área ardida	Danos	Custos
Proprietário florestal	1 – Reuniões nas Juntas de Freguesia 2 – Distribuição de panfletos alusivos à Prevenção de Incêndios Florestais 3 – Afixação de Editais com o D.L. nº 124/2006 4 – Afixação de Editais com Avisos sobre o Uso de Fogo e Prorrogação do Período Crítico (leituras dos mesmos na missa dominical de todas as Freguesias e na rádio)	Todo o Ano, incidindo mais durante o Período Crítico				
Proprietário habitações inseridas no interface urbano/florestal	1 – Reuniões nas Juntas de Freguesia 2 – Distribuição de panfletos alusivos à Prevenção de Incêndios Florestais 3 – Afixação de Editais com o D.L. nº 124/2006 4 – Afixação de Editais com Avisos sobre o Uso de Fogo e Prorrogação do Período Crítico (leituras dos mesmos na missa dominical de todas as Freguesias e na rádio)	Todo o Ano incidindo mais durante o Período Crítico				
Crianças do Concelho, particularmente na faixa etária dos 9 aos 12 anos	1 - Acções de Sensibilização nas Escolas do Concelho 2 - Acções de Sensibilização para os problemas da floresta no Concelho 3 -Organização e Realização do Concurso de Defesa da Floresta Contra Incêndios Estas acções têm dois grandes objectivos, por um lado a sensibilização dos mais novos sobre a problemática dos Incêndios Florestais, por outro, a possibilidade da mensagem ser passada em casa, de filhos para pais.	Durante o ano escolar				

Agricultores inseridos no interface agrícola/floresta	1 – Reuniões nas Juntas de Freguesia 2 – Distribuição de panfletos alusivos à Prevenção de Incêndios Florestais 3 – Afixação de Editais com o D.L. nº 124/2006 4 – Afixação de Editais com Avisos sobre o Uso de Fogo e Prorrogação do Período Crítico (leituras dos mesmos na missa dominical de todas as Freguesias e na rádio).	Todo o Ano incidindo mais durante o Período Crítico				
Operadores de máquinas e equipamentos florestais/agrícolas	1 – Reuniões nas Juntas de Freguesia 2 – Distribuição de panfletos alusivos à Prevenção de Incêndios Florestais 3 – Afixação de Editais com o D.L. nº 124/2006 4 – Afixação de Editais com Avisos sobre o Uso de Fogo e Prorrogação do Período Crítico (leituras dos mesmos na missa dominical de todas as Freguesias e na rádio).	Todo o Ano incidindo mais durante o Período Crítico				
Pastores	1 – Reuniões nas Juntas de Freguesia 2 – Distribuição de panfletos alusivos à Prevenção de Incêndios Florestais 3 – Afixação de Editais com o D.L. nº 124/2006 4 – Afixação de Editais com Avisos sobre o Uso de Fogo e Prorrogação do Período Crítico (leituras dos mesmos na missa dominical de todas as Freguesias e na rádio)	Todo o Ano incidindo mais durante o Período Crítico				
Automobilistas	1 – Reuniões nas Juntas de Freguesia 2 – Distribuição de panfletos alusivos à Prevenção de Incêndios Florestais 3 – Afixação de Editais com o D.L. nº 124/2006 4 – Afixação de Editais com Avisos sobre o Uso de Fogo	Todo o Ano incidindo mais durante o Período Crítico				

	e Prorrogação do Período Crítico (leituras dos mesmos na missa dominical de todas as Freguesias e na rádio)					
--	---	--	--	--	--	--

Nota: Distribuição de um livro de bolso com informação geral sobre os incêndios florestais (causas, danos, proibições durante o período crítico, detecção e comunicação de um foco de incêndio) e ao mesmo tempo direccionado para potenciais grupo de risco (pastores, agricultores, proprietários florestais), fazendo passar a mensagem de que o seu comportamento pode ser de risco e como consequência um incêndio floresta.

Com estas acções de sensibilização espera-se que o número de ocorrências seja completamente nulo, podemos já concluir que neste Verão tão caloroso, no Concelho de Alijó, o número de área ardida e o número de ocorrências diminuiram relativamente aos anos anteriores.

Manual distribuído pelas crianças em idade escolar do Concelho e pela população.



A VEGETAÇÃO É A FONTE DE ALIMENTO E DE HABITAT PARA TODOS OS SERES VIVOS DESTE PLANETA. O SEU DESAPARECIMENTO LEVA A ALTERAÇÕES DAS CONDIÇÕES DA VIDA.

A FLORESTA É VIDA: PROTEJA-A DOS INCÊNDIOS!!

TODOS JUNTOS SEREMOS CAPAZES!!



- NUNCA SE ESQUEÇA -

ATENÇÃO!!!! A mão humana é a grande causa dos incêndios no nosso Concelho, apesar de grande parte das vezes não ser intencional.



Causas de Incêndio por utilização directa do fogo (Neofitocia)

- 1 - Queimas e Queimada;
- 2 - Queima de lixo;
- 3 - Lançamento de foguetes;
- 4 - Fogueiras, fósforos e cigarros;
- 5 - Lixeiras e outros locais de combustão permanente ou periódica;

Danos Causados pelos Incêndios

- 1-MORTE E FERIMENTOS nas populações e animais (queimaduras, inalação de partículas e gases);
- 2-DESTRUIÇÃO DE BENS (casas, armazéns, postes de electricidade e comunicação, etc.);
- 3-Cortes de vias de comunicação (estradas, caminhos);
- 4-Alterações, por vezes de forma irreversível, do equilíbrio do meio natural;
- 5-Proliferação e disseminação de PRAGAS E DOENÇAS quando o material ardido não é tratado convenientemente;
- 6-Perda de postos de trabalho;
- 7-EROSÃO DOS SOLOS que conduz ao risco de cheias e inundações;
- 8-Destruição do espaço vegetal com consequente DESAPARECIMENTO DO OXIGÉNIO.

Período Crítico – 15 de Maio a 30 de Setembro

- 1-É PROIBIDO A UTILIZAÇÃO DE FOGO DE QUALQUER ORIGEM, no interior das matas e nas vias que as delimitam ou as atravessam (ex. Queimas de matos, Queimadas para renovação de pastagens, fogueiras para confeção de alimentos);
- 2-É PROIBIDO O LANÇAMENTO DE FOGUETES E QUALQUER TIPO DE FOGO DE ARTIFÍCIO ou outros artefactos pirotécnicos (excepto quando não produzam recada incandescente);
- 3-É proibida a utilização, no interior das matas e nas vias que lhes dão acesso ou delimitam, de materiais de trabalho que não possuam dispositivos de retenção de faúlhas;
- 4-É PROIBIDO DEITAR LIXO nas matas e nas vias que lhes dão acesso e as delimitam.

Antes de um Incêndio

- Esteja atento a MOVIMENTOS SUSPEITOS na floresta e comunique com as autoridades se for caso disso;
- Utilize materiais resistentes ao fogo na construção ou em obras na sua habitação;
- Se mora junto da floresta faça planos de fuga de sua casa e comunique-os com toda a sua família;
- Tenha sempre à mão um meio para extinguir de imediato o início de um incêndio; (ex. extintor);
- Nunca deixe CRIANÇAS SOZINHAS EM CASA fechadas à chave;
- Não deixe as Crianças brincarem com Fósforos ou isqueiros;
- Guarde botijas de gás, lenha e outros materiais combustíveis em ZONAS SEGURAS e fora da sua habitação;
- Limpe o material florestal confinante com a sua habitação numa faixa de segurança de pelo menos 50 METROS;
- Evite a plantação exagerada de Pinheiro Bravo e escolha espécies FOLHOSAS (ex. Carvalhos, Castanheiro, Sobreiro);
- Tenha em sua Casa (à mão) material de emergência (lanterna, malta de 1^o socorro, roupa isolante, comida a habitar).

Detecção e Comunicação
Se avistar um fogo ou fumo:

- 1 - Ligue 117 e mantenha a calma quando estiver em contacto com as autoridades;
- 2 - Dê a localização aproximada do fogo e se é só um ou mais focos de incêndio;
- 3 - Se possível forneça uma estimativa do tamanho do incêndio;
- 4 - Identifique o tipo de vegetação que está a arder;
- 5 - Indique a direcção e velocidade aproximada do vento (forte ou fraco e se sopra a favor ou contra o fogo);
- 6 - Indique formas de acesso ao local e o tipo de terreno que se encontra (terreno muito ou pouco inclinado, em terra batida, fácil acesso, etc.);
- 7 - Indique se existem "saltos de faúlhas" (saltos de fogo).

Durante um Incêndio

- 1- Se for surpreendido pelo início de um incêndio florestal contacte de imediato os Bombeiros, Forças de Segurança (GNR ou PSP) UTILIZANDO para o efeito o número **117**;
- 2-RETIRE AS VIATURAS das vias de acesso ao local de incêndio, para que os Bombeiros não tenham dificuldade em chegar ao local;
- 3-Em caso de não correr perigo (e só nesse caso) TENHA APAGAR O FOGO COM PÁS, ENXADAS, RAMOS E MAGUEIRAS DE ÁGUA, até à chegada dos Bombeiros;
- 4-Depois da chegada dos Bombeiros NUNCA estorve a sua acção e SIGA SEMPRE AS SUAS INSTRUÇÕES;
- 5- Se fogo estiver a chegar às casas AVISE OS VIZINHOS, E JUNTOS - Limpem TODA A VEGETAÇÃO em volta das habitações: Retirem todo o material inflamável para local seguro (BOTIJAS DE GÁS, PILHAS DE MADEIRA, PLÁSTICOS E GRADES DE PLÁSTICO E MADEIRA etc.); - MOLHEM abundantemente as habitações e algum mato que possa existir; -SOLTEM OS ANIMAIS (eles cuidam de si próprios);
- 6-Tenha um rádio à mão (pilhas) para estar INFORMADO sobre as situações de emergência e não ser apanhado desprevenido.

Durante um Incêndio

- 1- Se for surpreendido pelo início de um incêndio florestal contacte de imediato os Bombeiros, Forças de Segurança (GNR ou PSP) UTILIZANDO para o efeito o número **117**;
- 2-RETIRE AS VIATURAS das vias de acesso ao local de incêndio, para que os Bombeiros não tenham dificuldade em chegar ao local;
- 3-Em caso de não correr perigo (e só nesse caso) TENHA APAGAR O FOGO COM PAS, ENXADAS, RAMOS E MAGUEIRAS DE ÁGUA, até à chegada dos Bombeiros;
- 4-Depois da chegada dos Bombeiros NUNCA estorve a sua acção e SIGA SEMPRE AS SUAS INSTRUÇÕES;
- 5- Se fogo estiver a chegar às casas AVISE OS VIZINHOS, E JUNTOS
 - Limpem TODA A VEGETAÇÃO em volta das habitações; Retirem todo o material inflamável para local seguro (BOTIJAS DE GÁS, PILHAS DE MADEIRA, PLÁSTICOS E GRADES DE PLÁSTICO E MADEIRA etc.);
 - MOLHEM abundantemente as habitações e algum mato que possa existir;
 - SOLTEM OS ANIMAIS (eles cuidam de si próprios);
- 6-Tenha um rádio à mão (pilhas) para estar INFORMADO sobre as situações de emergência e não ser apanhado desprevenido.

10

Se ficar preso por um incêndio

- Se vive junto a uma área florestal, faça sempre para que os vizinhos saibam onde se encontra;
- Não entre em Pânico, tente ficar CALMO;
- Procure uma zona com ÁGUA onde se possa refugiar das altas temperaturas;
- Cubra a cabeça e a parte superior do seu corpo com ROUPAS MOLHADAS;
- Respire o AR junto ao CHÃO através de roupa molhada para evitar a inalação de fumos;
- Se não existir água por perto, procure uma área aberta (sem vegetação) ou um AFLORAMENTO DE ROCHAS. Mantenha-se deitado e se possível cubra-se com TERRA do próprio solo;
- Sempre que possível FUJA NA DIRECÇÃO CONTRÁRIA do vento.

11

Limpe os caminhos florestais e deixe o caminho livre aos bombeiros.

Se não correr perigo ajude os bombeiros a apagar o fogo.

Se ficar preso num incêndio, mantenha a calma e procure fugir para zona com muita água ou com muitas rochas.

Obedeça sempre às autoridades

Se o fogo chegar perto, regue a sua habitação e em volta.

Se possuir uma rectro escavadora, informe os Bombeiros e coloque-a à sua disposição, esta máquina é MUITO IMPORTANTE (a Câmara pagar-lhe-a pela sua utilização).

12

Depois de um Incêndio

- 1-Convença-se que há sempre o PERIGO DE REACENDIMENTO, NÃO DEIXE AS CRIANÇAS FREQUENTAREM ESSES LOCAIS;
- 2- Os Bombeiros não conseguem estar em todo o lado ao mesmo tempo, AJUDE A VIGIAR AS ÁREAS ARDIDAS HÁ POUCO TEMPO;
- 3-AJUDE NAS OPERAÇÕES DE RESCALDO (ex. nestas operações são ESSENCIAIS as máquinas Retro Escavadoras e de Rastos, se possuir uma perto dos locais informe e disponibilize-a para o rescaldo – A CÂMARA PAGA A UTILIZAÇÃO DA MÁQUINA);
- 4-Em caso de evacuação REGRESSE APENAS QUANDO AS AUTORIDADES LHO INDICAREM, e assegure-se que a sua casa está em condições de segurança.

13

Sr. PASTOR

EXISTEM FORMAS SEGURAS DE QUEIMAR O QUE SOBRA DA SUA EXPLORAÇÃO.

Sr. AGRICULTOR

A FLORESTA E OS ANIMAIS DEVEM ANDAR DE MÃO DADA, EXISTEM FORMAS **SEGURAS DE REALIZAR QUEIMADAS** PARA RENOVAR AS SUAS PASTAGENS. SEM FLORESTA, OS ANIMAIS ACABARÃO POR NÃO TER O QUE COMER, E OS SOLOS FICARÃO DESERTOS.



É POSSIVEL REALIZAR QUEIMADAS EM SEGURANÇA SEM PEGAR FOGO À FLORESTA EM VOLTA, PEÇA AJUDA NA CÂMARA MUNICIPAL

14

AUXILIARES DA FLORESTA E DA POPULAÇÃO

- Peçam ajuda aos Guardas Florestais Auxiliares, eles ajudam na fiscalização e vigilância da NOSSA FLORESTA.



- Os Técnicos são uma ajuda fundamental (a sabedoria do Povo + sabedoria dos Técnicos = Protecção da Floresta).

Contate o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local do Município de Alijó para o Ajudar e informar em todas as questões relacionadas com a Floresta Edifício da Câmara e Tel. 259-957112

- O Serviço Municipal de Protecção Civil tem o Plano de Emergência para a sua Segurança.

15

TELEFONES ÚTEIS

117

Bombeiros Voluntários

- ✓ Alijó – 259-959345
- ✓ Cheires – 259-686259
- ✓ Favaio – 259-949434
- ✓ Pinhão – 254-732494
- ✓ Sanfins do Douro – 259-686132
- ✓ S.Mamede de Ribatua – 259-663145

GNR
259 – 950543

Em caso de ver fumo, fogo não hesite:

COMUNIQUE, VAI ESTAR A AJUDAR!

PROGRAMA OPERACIONAL**Metas, responsabilidades e orçamento:****Sensibilização:**

Acção	Metas	2007		2008	
		Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis
Comemoração do dia Mundial da Floresta	500 (Pop. escolar) /Pop. Geral	€ 26 940,77	Município/CMDFCI GTF		Município/CMDFCI GTF
	Sub-Total				
Comemoração do dia do Ambiente/Comemoração do Dia da Floresta Autóctone	500 (Pop. escolar) /Pop. Geral		Município/CMDFCI GTF		Município/CMDFCI GTF
	Sub-Total				
	Total				

Acção	Metas	2009		2010	
		Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis
Comemoração do dia Mundial da Floresta	500 (Pop. escolar) /Pop. Geral	€ 25000	Município/CMDFCI GTF		Município/CMDFCI GTF
	Sub-Total				
Comemoração do dia do Ambiente/Comemoração do Dia da Floresta Autóctone	500 (Pop. escolar) /Pop. Geral		Município/CMDFCI GTF		Município/CMDFCI GTF
	Sub-Total				
	Total				

Acção	Metas	2011	
		Orçamento	Responsáveis
Comemoração do dia Mundial da Floresta	500 (Pop. escolar) /Pop. Geral	€ 20000	Município/CMDFCI GTF
	Sub-Total		
Comemoração do dia do Ambiente/Comemoração do Dia da Floresta Autóctone	500 (Pop. escolar) /Pop. Geral		Município/CMDFCI GTF
	Sub-Total		
	Total		

Fiscalização:

Acção	Metas	Indicadores*				
		2007	2008	2009	2010	2011
Implementação da rede primária	Área instalada com recurso ao fogo controlado					
Manutenção da rede primária	Manutenção com recurso ao fogo controlado					
Implementação da rede secundária	Área instalada com recurso ao fogo controlado					
Manutenção da rede secundária	Manutenção com recurso ao fogo controlado					
Construção e Manutenção de rede viária	Construção de rede viária					
	Manutenção de rede viária					
Construção e Manutenção de rede divisional	Construção de rede divisional					
	Manutenção de rede divisional					
Construção e Reparação de pontos de água	Construção de pontos de água					
	Reparação de pontos de água					

* No caso de estarem disponíveis os meios técnicos e financeiros para a execução das acções

Acção	Metas	2007		2008	
		Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis
Implementação da rede primária	Área instalada com recurso ao fogo controlado	€ 25 000	GTF DGRF	---	---
	Sub-Total	€ 25 000		---	
Manutenção da rede primária	Manutenção com recurso ao fogo controlado	---	---	---	---
	Sub-Total	---	---	---	---
Implementação da rede secundária	Área instalada com recurso ao fogo controlado	---	---	---	---
	Sub-Total	---	---	---	---
Manutenção da rede secundária	Manutenção com recurso ao fogo controlado	---	---	---	---
	Sub-Total	---	---	---	---
Construção e manutenção de rede viária	Construção de rede viária	---	---	---	---
	Manutenção de rede viária municipal	€ 277 437,26	Município		
	Sub-Total	€ 277 437,26		---	
Construção e manutenção de rede divisional	Construção de rede divisional	---	---	---	---
	Manutenção de rede divisional	---	---	---	---
	Sub-Total	---	---	---	---
Construção e reparação de pontos de água	Constr. de pontos de água	€75000	Município	---	---
	Reparação de pontos de água	---	---	---	---
	Sub-Total	€75000	Município	---	---
	Total	352 437,26			

Acção	Metas	2009		2010	
		Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis
Implementação da rede primária	Área instalada com recurso ao fogo controlado	---		---	---
	Sub-Total				
Manutenção da rede primária	Manutenção com recurso ao fogo controlado	---		---	
	Sub-Total	---		---	
Implementação da rede secundária	Área instalada com recurso ao fogo controlado	----			
	Sub-Total	---		---	
Manutenção da rede secundária	Manutenção com recurso ao fogo controlado	---			
	Sub-Total	---		--	
Construção e manutenção de rede viária	Construção de rede viária				
	Manutenção de rede viária	----			
	Sub-Total	---		---	
Construção e manutenção de rede divisional	Construção de rede divisional				
	Manutenção de rede divisional	---			
	Sub-Total	---		---	
Construção e reparação de pontos de água	Constr. de pontos de água				
	Reparação de pontos de água	---			
	Sub-Total	---		---	
Total		---		---	

Acção	Metas	2011	
		Orçamento	Responsáveis
Implementação da rede primária	Área instalada com recurso ao fogo controlado	€ 20 000	GTF DGRF
	Sub-Total	€ 20 000	
Manutenção da rede primária	Manutenção com recurso ao fogo controlado	---	
	Sub-Total	---	
Implementação da rede secundária	Área instalada com recurso ao fogo controlado	---	
	Sub-Total	---	
Manutenção da rede secundária	Manutenção com recurso ao fogo controlado	---	
	Sub-Total	---	
Construção e manutenção de rede viária	Construção de rede viária	---	
	Manutenção de rede viária	€ 200 000	Município
	Sub-Total	€ 200 000	
Construção e manutenção de rede divisional	Construção de rede divisional	---	
	Manutenção de rede divisional	---	
	Sub-Total		
Construção e reparação de pontos de água	Constr. de pontos de água	€ 75 000	Município
	Reparação de pontos de água		
	Sub-Total	€ 75 000	
	Total	€ 315 000	

3.º Eixo Estratégico – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios

A organização de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva de meios deve ter em conta a disponibilidade dos recursos, de forma a garantir a detecção e extinção rápida e eficaz dos incêndios, antes que eles assumam grandes proporções.

O levantamento das responsabilidades e competências das várias forças e entidades, a inventariação dos meios e recursos existentes, irá contribuir para uma melhor e mais eficaz resposta de todos no que diz respeito aos incêndios florestais.

Objectivo estratégico: - Articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1ª intervenção;

- Reforço da capacidade de 1ª intervenção;
- Reforço do ataque ampliado;
- Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós

rescaldo.

Objectivo operacional: - Estruturar e gerir a vigilância e a detecção como sistema integrado;

- Estruturar o nível municipal e distrital de 1ª intervenção;
- Reforçar a eficácia do combate terrestre ao nível municipal e distrital;
- Garantir a correcta e eficaz execução do rescaldo;
- Garantir a correcta e eficaz execução da vigilância

após rescaldo.

Acções:

🌲 Executar a inventariação dos meios e recursos existentes e o respectivo plano de reequipamento;

🌲 Identificar todos os sistemas de vigilância e detecção, responsabilidades, procedimentos e objectivos;

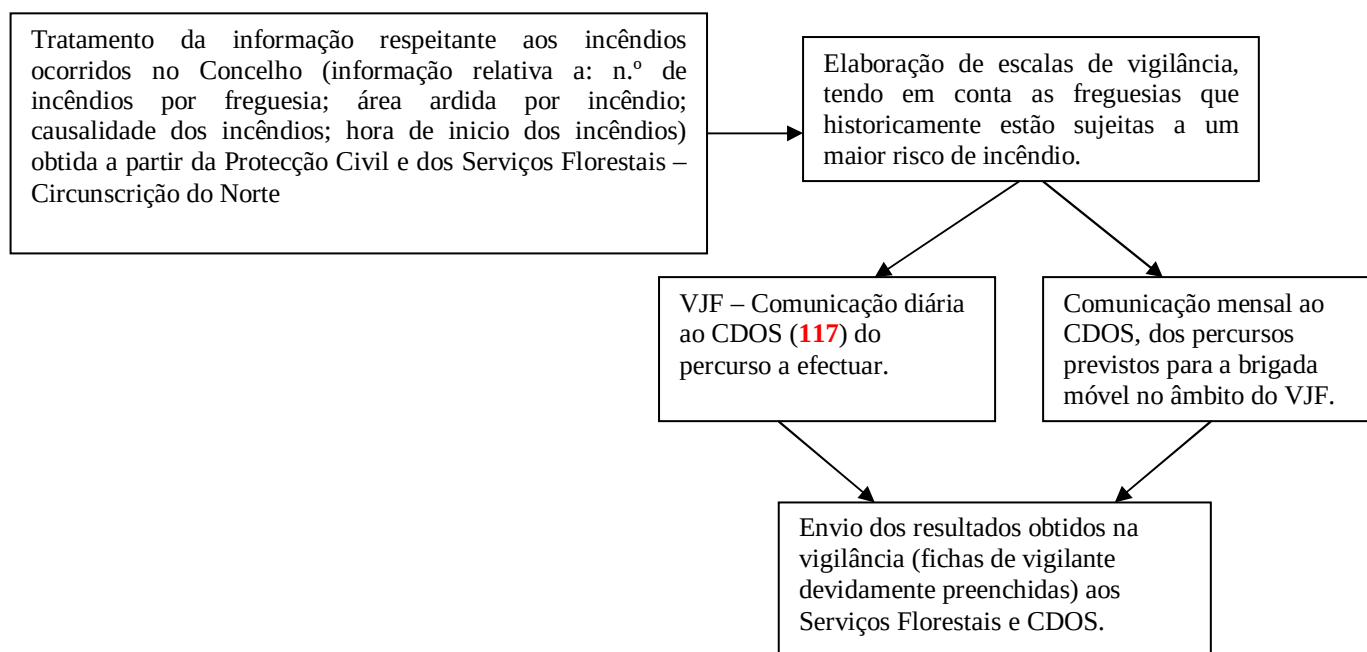
🌲 Elaborar cartas de visibilidade para os postos de vigia;

- 🌲 Criar e manter redes de infra-estruturas (rede viária e rede de pontos de água);
- 🌲 Definir procedimentos de mobilização de meios para cada nível de alerta.

Levantamento dos Meios e Recursos:

Entidade	Operação de Vigilância	Período de Actuação
Município de Alijó	Guardas Florestais Auxiliares	Todo o ano
DGRF/GNR	Postos de Vigia Fixos.	Período Crítico
GNR	Brigadas da GNR; Polícia Florestal.	Todo o ano
IPJ	Voluntariado Jovem para as Florestas	Período Crítico

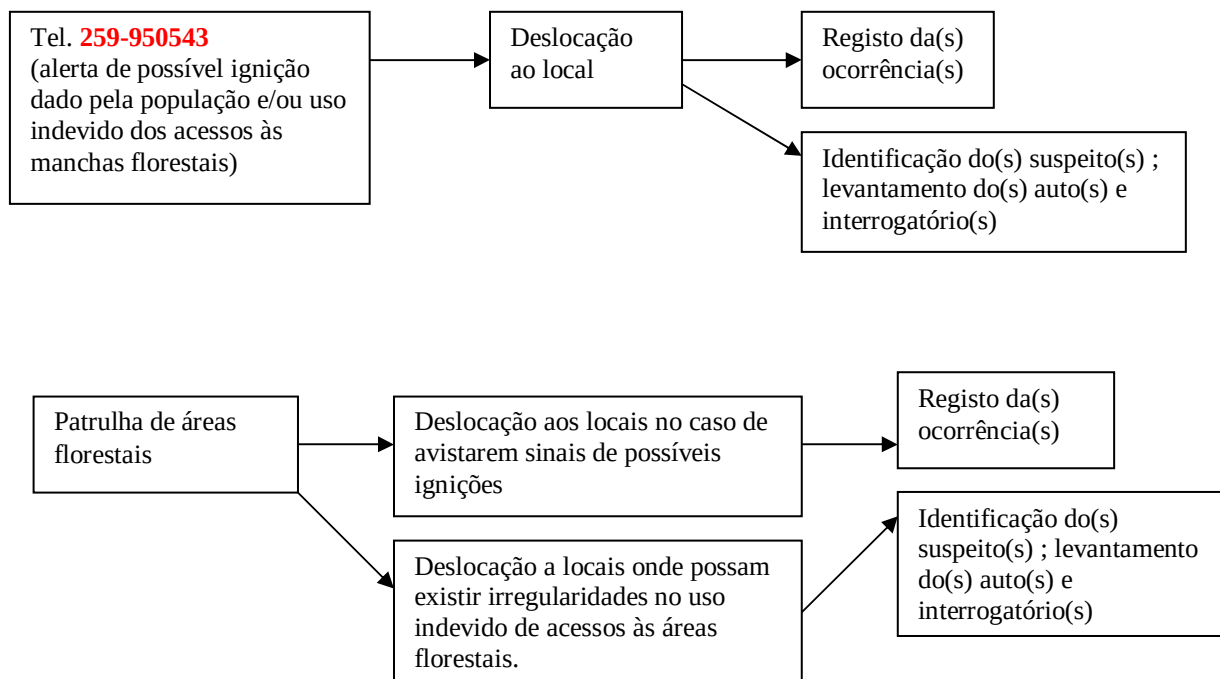
A estratégia de Vigilância seguida pelo Município é:



- GNR/Polícia Florestal – Vigilância Móvel –

No caso da GNR as acções de policiamento são efectuadas pelos efectivos do Comando de Alijó.

O funcionamento base das brigadas da GNR é:



No caso da GNR/Polícia Florestal têm um Plano Operacional bem definido com escalas definidas para o Concelho de Alijó, as quais, por motivo de surpresa e de regra de funcionamento, não é divulgado.

Os meios da Guarda Nacional Republicana para a **Fase Bravo e Fase Charlie** são apresentados no seguinte quadro:

Dispositivo em permanência para o Combate a Incêndios Florestais na Fase Bravo/Charlie:

GNR	Efectivos	Viaturas
Alijó	19	4 Ligeiros

O dispositivo à disposição dos Corpos de Bombeiros Voluntários do Concelho de Alijó para as fases Bravo e Charlie são apresentados nos seguintes quadros:

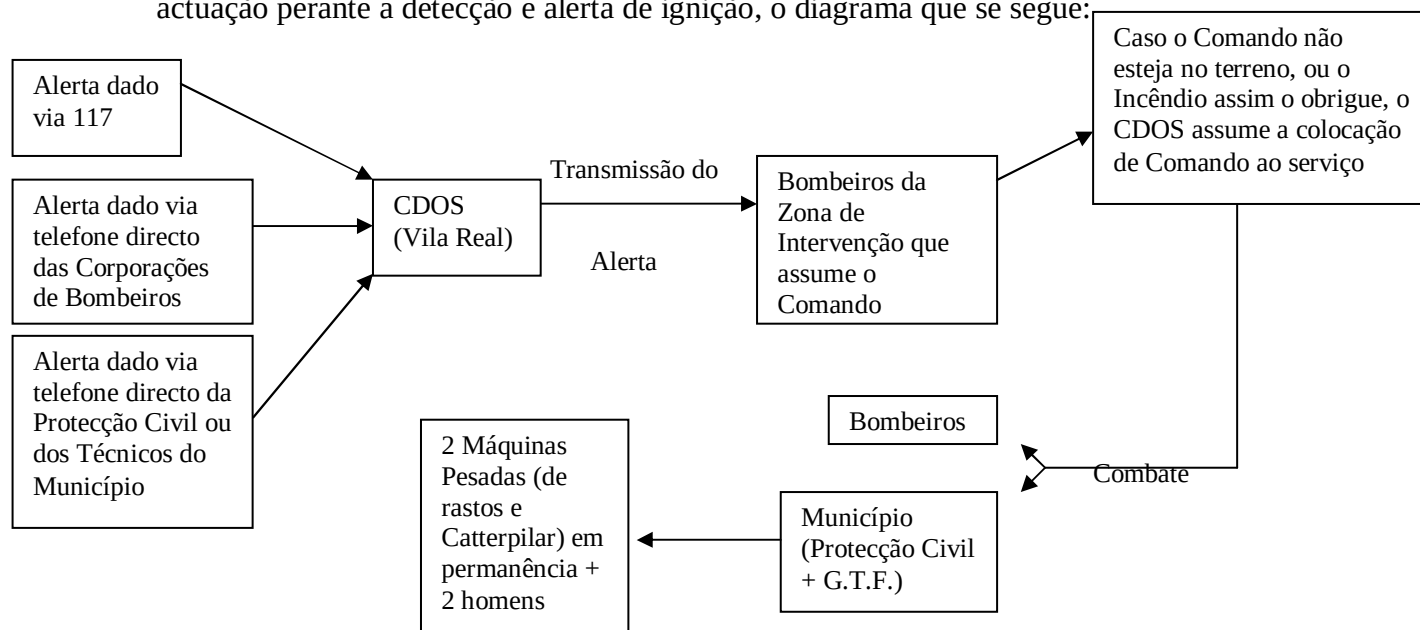
Dispositivo em permanência para o Combate a Incêndios Florestais na Fase Bravo:

Corpos de Bombeiros Voluntários	ECIN	V.F.C.I.	Homens em Permanência	Viaturas de Comando	V.T.T.U.	A.T.G.C.
Alijó	1	1	5	1	1	1
Cheires	----	----	----	----	----	----
Favaio	----	----	----	----	----	----
Pinhão	----	----	----	----	----	----
S. Mamede de Ribatua	----	----	----	----	----	----
Sanfins do Douro	1	1	5	1	----	----

Dispositivo em permanência para o Combate a Incêndios Florestais na Fase Charlie:

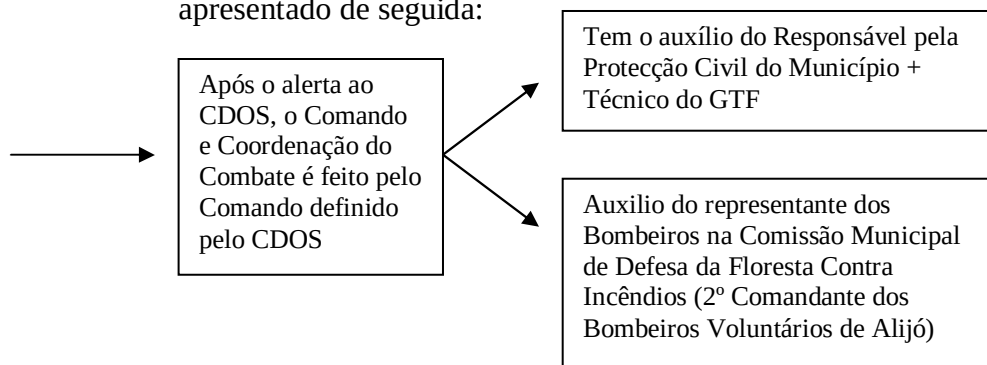
Corpos de Bombeiros Voluntários	ECIN	V.F.C.I.	Homens em Permanência	Viaturas de Comando	V.T.T.U.	A.T.G.C.
Alijó	2	2	10	1	1	1
Cheires	1	1	5	1	2	----
Favaio	1	2	5	1	----	----
Pinhão	1	1	5	1	----	1
S. Mamede de Ribatua	1	1	5	1	----	----
Sanfins do Douro	2	2	10	1	----	----

Este dispositivo em permanência para Combate, tem como esquema base de actuação perante a detecção e alerta de ignição, o diagrama que se segue:



– Acções de Coordenação –

A coordenação em combate a incêndios florestais segue o esquema base apresentado de seguida:

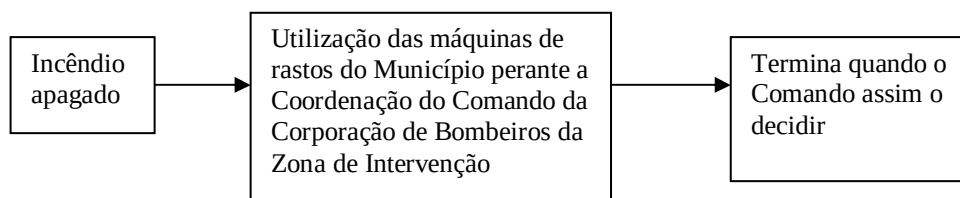


– Acções de Rescaldo e Vigilância Pós-Rescaldo –

O rescaldo e a vigilância pós-rescaldo são etapas muito importantes, pois se forem bem conseguidas evitam-se reacendimentos.

No terreno, à ordem do Comando, fica sempre uma ou mais equipas, de acordo com a dimensão da área ardida.

No que concerne as acções de rescaldo pós-combate, segue-se o seguinte diagrama:



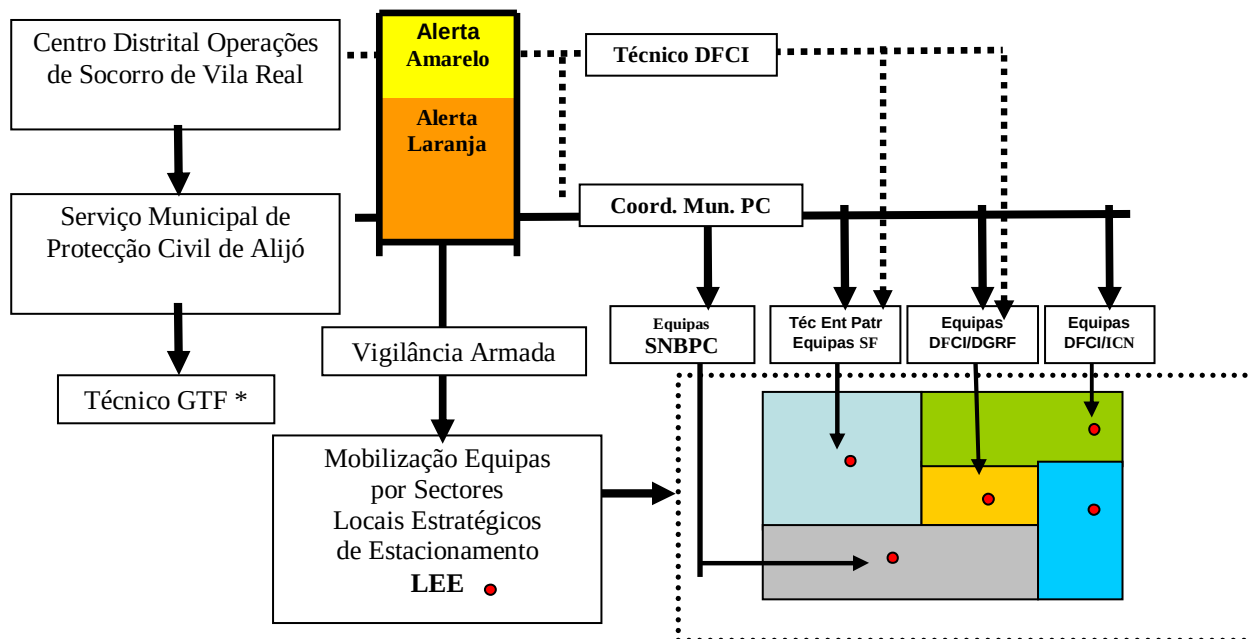


Funções e Responsabilidades das Entidades:

Entidades	Funções e Responsabilidades							
	Informação e Educação	Patrulhamento e Fiscalização	Vigilância	1ª Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância Pós-Incêndio	Despistagem das Causas
Bombeiros Voluntários do Concelho								
GNR/SEPNA								
Voluntariado Jovem para as Florestas								
Guardas Florestais Auxiliares – Município								

Sim	Não
-----	-----

Dispositivos Operacionais DFCI

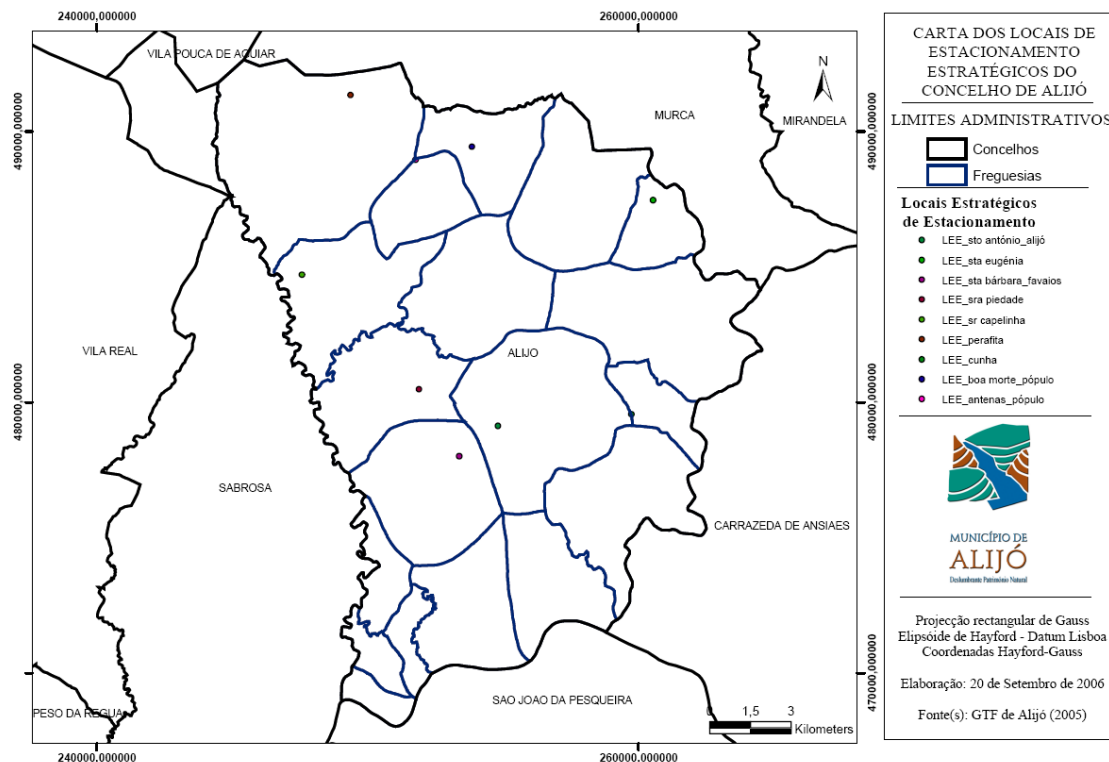


* Disponibilidade para apoio ao COS e CDOS – célula planeamento

Entidades	Procedimentos de Actuação – Alerta Amarelo e Laranja			
	Actividades	Horário	Nº Mínimo de Elementos	Locais de Posicionamento
Bombeiros Voluntários do Concelho	1ª Intervenção, Combate, Rescaldo, Vigilância Pós-Incêndio	24 horas	4	Concelho
GNR/SEPNA	Vigilância, Vigilância Pós-Incêndio, Patrulhamento, Fiscalização	24 horas		Concelho
IPJ – Voluntariado Jovem para as Florestas	Vigilância, Vigilância Pós-Incêndio	10:00 21:00	2 / 3	Concelho

Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE)

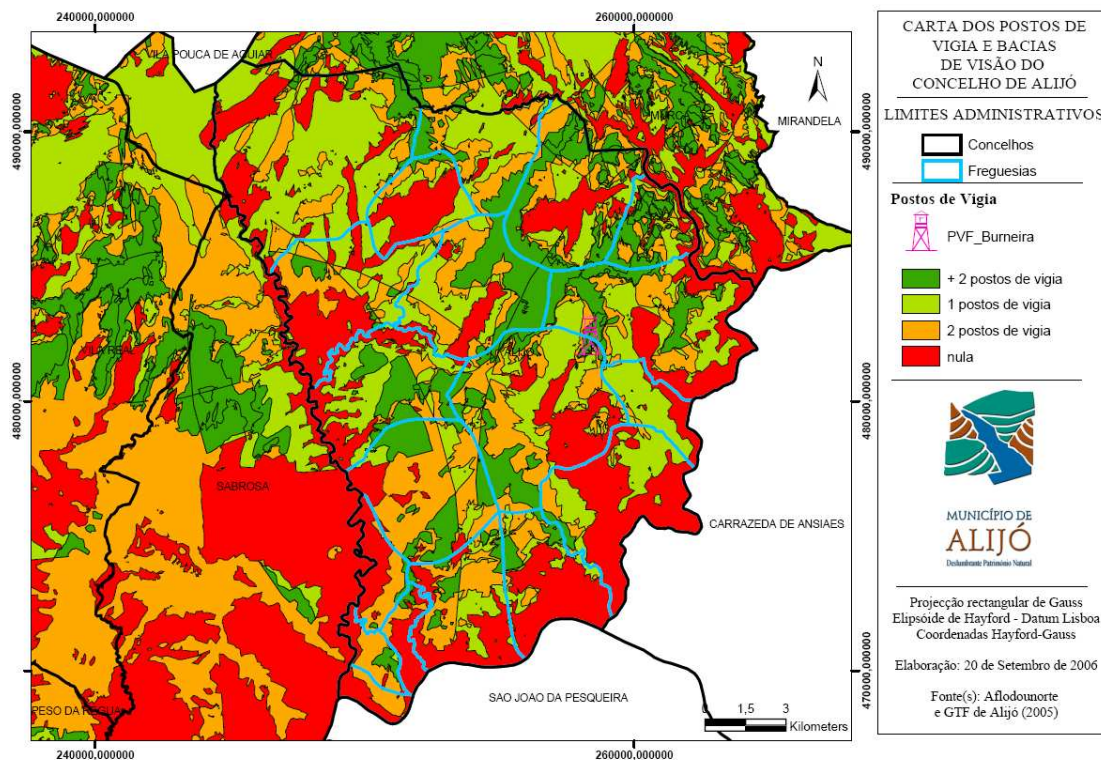
Carta dos Locais Estratégicos de Estacionamento



Os locais estratégicos de estacionamento (LEE), constituem pontos no território onde se considera óptimo o posicionamento dos agentes intervenientes do sistema DFCI, são locais com boa visibilidade, quer a nível de vigilância quer a nível de posto de comando, em caso de incêndio florestal.

Vigilância e Detecção

Carta dos Postos de Vigia e Bacias de Visão

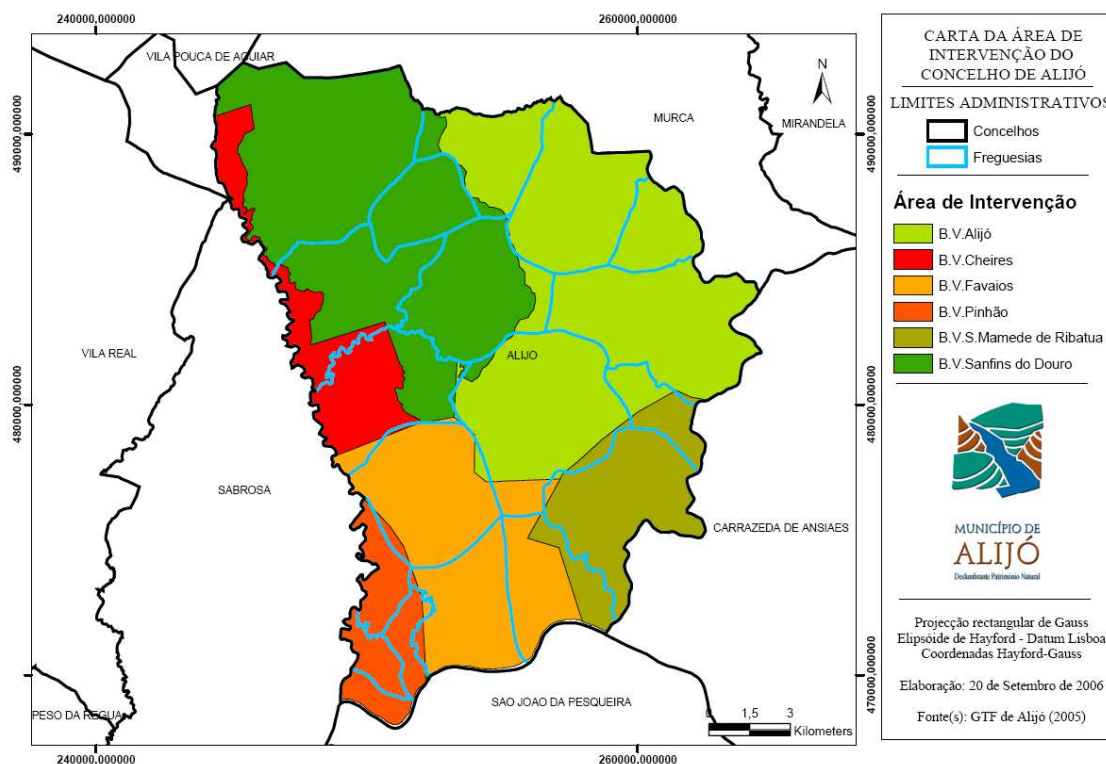


As bacias de visão são essenciais para o planeamento da vigilância nas áreas florestais que não são abrangidas pelos postos de vigia fixos.

A visualização das bacias de visão dos Concelhos vizinhos permite uma maior preocupação na vigilância dessas “zonas sombra”.

Combate, Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio

Carta da Área de Intervenção

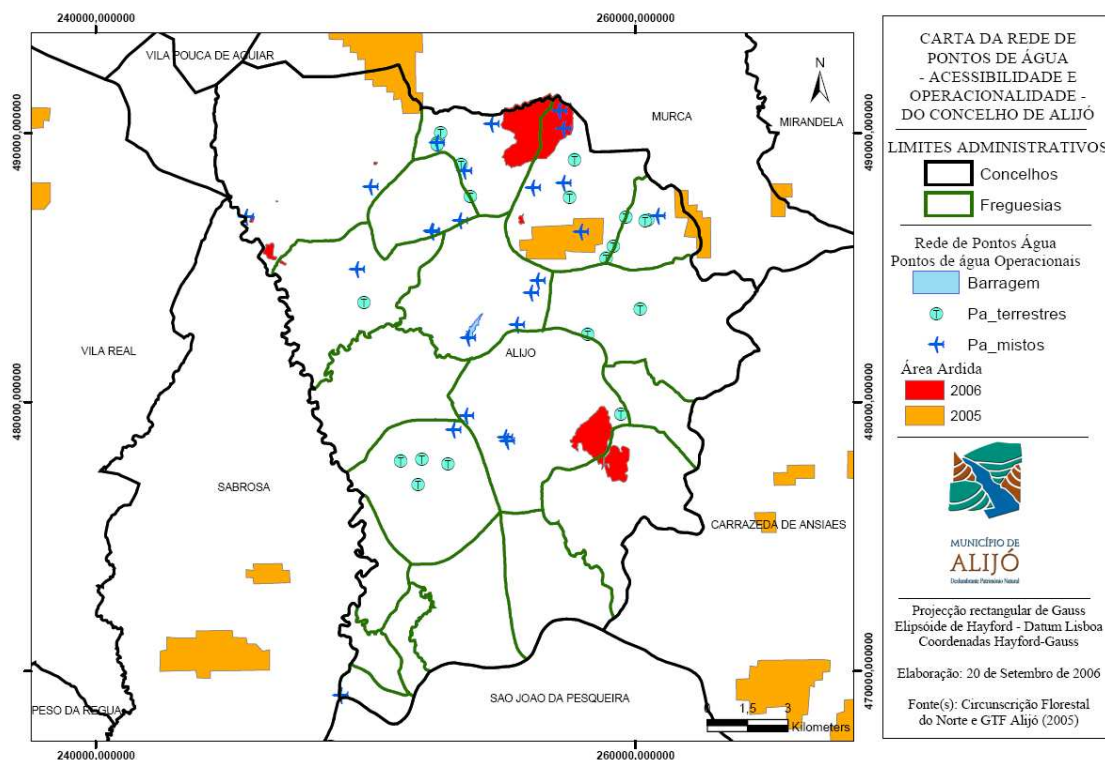


Esta carta pretende ilustrar a área de intervenção de cada uma das Corporações de Bombeiros Voluntários do Concelho.

Em caso de incêndio florestal, e por ordem do CDOS, os Corpos de Bombeiros deslocam-se para áreas que não têm intervenção, permitindo uma maior eficácia no combate às chamas e redução da área ardida.

Apoio ao Combate

Carta da Rede de Pontos de Água Terrestres e Mistos



Apesar do Concelho de Alijó apresentar pontos de água terrestres e mistos operacionais, os incêndios florestais acontecem, e por vezes são de grandes dimensões.

O que acontece é que na altura o dispositivo pode não estar operacional ou a ser utilizado noutro incêndio, pois os meios aéreos nacionais estão dependentes de uma hierárquica, uma ordem.

Em muitos dos casos a actuação é exclusivamente efectuada pelos meios terrestres.

Metas, Responsabilidades e Orçamento

Programa Operacional

Vigilância e Detecção, 1ª Intervenção, Combate, Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio

Acção	Metas	Unid.	Indicadores				
			2007	2008	2009	2010	2011
Sistema de Vigilância e Detecção	% Detecções pelos Postos de Vigia	%	70	70	70	70	70
	% Detecções por outras fontes alerta	%	50	50	50	50	50
1ª Intervenção	% 1ªs Intervensões pelas Equipas DFCI	%	90	90	90	90	90
Combate e Rescaldo	Média da Área ardida/ocorrência	ha/Ocor.	1	1	1	1	1
Vigilância Pós-incêndio	% Detecções pelos Postos de Vigia	%	50	50	50	50	50
	% Detecções pelas Equipas DFCI	%	50	50	50	50	50

Acção	Metas	2007		2008	
		Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis
Sistema de Vigilância e Detecção	% Detecções pelos Postos de Vigia	€ 7 500	GNR	€ 8 000	GNR
	% Detecções pelas Equipas DFCI	---	GNR	---	GNR
	Sub-Total	€ 7 500		€ 8000	
1ª Intervenção	% 1ªs Intervensões pelas Equipas DFCI	---	---	---	---
	Sub-Total	---		---	
Combate e Rescaldo	Média da Área ardida/ocorrência	---	---	---	--
	Sub-Total	---		---	
Vigilância Pós-incêndio	% de Detecções pelos Postos de Vigia	---	---	---	---
	% de Detecções pelas Equipas DFCI	---	---	---	---
	Sub-Total	---			
	Total	€ 7 500		€ 8 000	

Acção	Metas	2009		2010	
		Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis
Sistema de Vigilância e Detecção	% Detecções pelos Postos de Vigia	€ 8 000	GNR	€ 8 000	GNR
	% Detecções pelas Equipas DFCI	---	---	---	---
	Sub-Total	€ 8 000		€ 8 000	
1ª Intervenção	% 1ªs Intervenção pelas Equipas DFCI	---	---	---	---
	Sub-Total	---		---	
Combate e Rescaldo	Média da Área ardida/ocorrência	---	---	---	---
	Sub-Total	---		---	
Vigilância Pós-incêndio	% Detecções pelos Postos de Vigia	---	---	---	---
	% Detecções pelas Equipas DFCI	---	---	---	---
	Sub-Total	---		---	
	Total	€ 8 000		€ 8 000	

Acção	Metas	2011	
		Orçamento	Responsáveis
Sistema de Vigilância e Detecção	% Detecções pelos Postos de Vigia	€ 8 000	GNR
	% Detecções pelas Equipas DFCI	---	---
	Sub-Total	€ 8 000	
1ª Intervenção	% 1ªs Intervenção pelas Equipas DFCI	---	---
	Sub-Total	---	
Combate e Rescaldo	Média da Área ardida/ocorrência	---	---
	Sub-Total	---	
Vigilância Pós-incêndio	% Detecções pelos Postos de Vigia	---	---
	% Detecções pelas Equipas DFCI	---	---
	Sub-Total	---	
	Total	€ 8 000	

4.º Eixo Estratégico – Recuperar e reabilitar os ecossistemas

Objectivo estratégico: - Recuperar e reabilitar os ecossistemas:

Objectivo operacional: - Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo

Acções:

🌲 Conduzir um programa específico dirigido à recuperação de áreas ardidas, aplicando as orientações estratégicas do Conselho Nacional de Reflorestação, dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal, para evitar a degradação de recursos e infra-estruturas.

Os grandes objectivos da constituição do Gabinete Técnico Florestal no Concelho de Alijó passam por:

- Recuperação de todo o potencial florestal do Concelho;
- Dinamização e acompanhamento de projectos de limpeza, arborização e re-arborização de manchas florestais;
- Dinamização e acompanhamento de projectos para recuperação de áreas ardidas;
- Dinamização e acompanhamento de projectos de luta contra agentes biológicos;
- Aumento do ciclo temporal natural de fogos florestais e consequente diminuição da área de incultos e matos;
- Dinamização e apoio à formação de uma Associação de Produtores Florestais, que permita a organização de pequenos proprietários;
- Elaboração e re-avaliação de planos anuais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que permita melhorar a eficácia e eficiência do combate aos incêndios florestais;
- Ajudar na planificação e coordenação do combate aos Fogos Florestais;
- Diminuição da área de matos e incultos do Concelho.

5.º Eixo Estratégico – Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

Objectivo estratégico: - Operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Objectivo operacional: - Fomentar as operações de Defesa da Floresta Contra Incêndios e garantir o necessário apoio técnico e logístico.

Acções:

🌲 Definir o organigrama/quadro com todas as entidades existentes no município com competências ao nível dos diferentes eixos estratégicos do PMDFCI, explicando as suas atribuições e principais responsabilidades na execução das acções do plano;

🌲 Definir o prazo de vigência do PMDFCI, de acordo com a alínea d) da Portaria n.º 1139/2006 de 25 de Outubro;

🌲 Identificar as componentes do PMDFCI que constituem o Plano Operacional Municipal (POM);

🌲 Definir procedimentos e a periodicidade da monitorização e revisão do PMDFCI e actualização anual do POM;

🌲 Planificar as reuniões da CMDFCI e estabelecer a data anual de aprovação do POM;

🌲 Integrar o planeamento anual de cada entidade, tendo também em conta a visão supramunicipal;

🌲 Estabelecer o processo de monitorização do PMDFCI, incluindo a contribuição de cada entidade para a elaboração do relatório anual de avaliação e recomendações de melhoria do plano.

São elementos constituintes da CMDFCI:

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS	
Município de Alijó – Presidente	Dr. José Artur Fontes Cascarejo
Município de Alijó – Vice-Presidente (Protecção Civil)	Prof. Manuel Adérito Figueira
Representante dos Corpos de Bombeiros Voluntários	2º Com. António Fontinha
Representante dos Presidentes de Junta de Freguesia	Sr. António Joaquim Fernandes
Representante da Direcção Geral dos Recursos Florestais	Eng.º José Eduardo Pinheiro Carvalho
Representante da Guarda Nacional Republicana	Tenente Eduardo Lima Sargento-Ajudante Alberto Jorge Lopes Pinto
Representante das Organizações Produtores Florestais – Aflodounorte	Eng.º João Teixeira

A CMDFCI tem o apoio técnico do GTF do Município de Alijó:

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL
Ana Vieira (Engenheira Florestal)

A CMDFCI é o elo de ligação das várias entidades, sendo o PMDFCI o instrumento orientador das diferentes acções.

A CMDFCI reúne 4 vezes por ano ou sempre que se justifique.

A CMDFCI elaborou e aprovou o presente PMDFCI para um período de 5 anos, com revisão anual ou sempre que necessária;

A CMDFCI monitoriza o desenvolvimento das acções previstas no programa de acção do PMDFCI.

Anualmente, a CMDFCI deve assentar a sua actividade da vigilância, detecção, fiscalização, 1ª intervenção e combate, em planos expeditos de carácter operacional municipal (POM) mobilizando e tirando partido de todos os agentes na área de influência municipal.

CMDFCI – Gabinete Técnico Florestal	Tel.: 259-957 112 e-mail: gtfalijo@cmalijo.pt	79
-------------------------------------	--	----

4. ANEXOS – CARTOGRAFIA DE PORMENOR